



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

VINÍCIUS MARCONDES ARAÚJO

**NOVOS MODELOS PARA VELHOS PROJETOS:
AS RELAÇÕES MILITARES E POLÍTICAS BRASIL-ESTADOS
UNIDOS NO PÓS-SEGUNDA GUERRA (1944-49)**

Londrina
2019

VINÍCIUS MARCONDES ARAÚJO

**NOVOS MODELOS PARA VELHOS PROJETOS:
AS RELAÇÕES MILITARES E POLÍTICAS BRASIL-ESTADOS
UNIDOS NO PÓS-SEGUNDA GUERRA (1944-49)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz.

Londrina
2019

VINÍCIUS MARCONDES ARAÚJO

**NOVOS MODELOS PARA VELHOS PROJETOS:
AS RELAÇÕES MILITARES E POLÍTICAS BRASIL-ESTADOS UNIDOS
NO PÓS-SEGUNDA GUERRA (1944-49)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de História da Universidade
Estadual de Londrina, como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciado em História.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Francisco César Alves
Ferraz
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. José Miguel Arias Neto
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Gilmar Arruda
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, ____ de _____ de ____.

Para o professor "Natal"
Por ter me ensinado a ensinar, a
aprender e a amar o saber.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois tem sido “o nosso refúgio, de geração em geração” (Salmos, 90).

Aos meus pais, Mary Neide e Sebastião, que muito além de provedores materiais forneceram o amor, o incentivo, os princípios, a força, os abraços e as orações diárias que me construíram como ser humano. Estas poucas linhas são incapazes de abranger tudo o que devo a eles.

Ao Lucas, meu irmão e melhor amigo, que inspirou em grande parte minha escolha de carreira e com quem compartilho os risos ou revoltas com os grandes e pequenos eventos do cotidiano.

Ao “pessoal de casa”: meus avós, Ciro e Regina; meus tios, “Cirinho” e Rosiane e meu primo, Pedro; sem os quais “família” e “lar” não têm significado algum.

À família Custódio: Miriam, Gonçalo, Luciano, Naná e Duda, pela amizade e o amor de gerações entre nossas famílias, e por terem me acolhido com tanto carinho nesses três anos de Londrina.

À minha namorada, Gabriella, a quem devo o amor e que entrou na minha vida com o impacto de uma vanguarda artística: ela é a literatura, a música, a pintura e a escultura que me preenchem.

Ao meu orientador, o “Chico”, por quem nutro grande admiração como pesquisador, professor e ser humano: nossas conversas foram indispensáveis para a realização deste trabalho, e seu fino sarcasmo tornaram mais leves nossas tardes de orientação.

A todos os professores que contribuíram para minha formação, desde minha alfabetizadora, profa. Silvéria, até os professores da graduação. Em especial ao professor “Natal”, mestre que inspirou minha escolha de carreira através de seu amor pelo saber, e a quem este trabalho é dedicado.

Aos amigos e colegas que acompanharam de perto esta fase da minha vida, seja em grupos de trabalho, estágios e projetos, seja aqueles que compartilharam um pedacinho da vida para além da academia: Vitor, Izabela, Reberson, Flávio, Inês, Diana, Heloisa e Isabeli.

Aos amigos e colegas do Cursinho da UEL (CEPV-UEL), que me ensinaram

o valor de um trabalho “Especial” e contribuíram enormemente para minha formação profissional e humana, em especial: André Lima, Ana Carol, Loren, Matsuura, Nathalia, Ariadne e Higor.

Aos meus alunos do cursinho, que me ensinaram a humildade, a perseverança e a dedicação ao lutarem pelos seus sonhos.

À educação pública e a todos aqueles que nela acreditam e que a fazem acontecer.

A todos os demais que, direta ou indiretamente, tiveram participação nos méritos deste trabalho, e que por algum lapso de memória ou de espaço deixei de mencionar aqui. Estas poucas linhas são incapazes de expressar o profundo sentimento de afeto e gratidão que esses poucos anos de preparação para a vida acadêmica e docente criaram em mim. O trabalho a seguir expressa um pouco dos resultados dessa formação, e se devo seus méritos a todos os citados anteriormente, suas possíveis falhas e erros devem ser atribuídos inteiramente a mim.

“Uma palavra, para resumir, domina e ilumina nossos estudos: ‘compreender’. Não digamos que o historiador é alheio às paixões; ao menos, ele tem esta. Palavra, não dissimulemos, carregada de dificuldades, mas também de esperanças. Palavra, sobretudo, carregada de benevolência. Até na ação, julgamos um pouco demais. É cômodo gritar ‘à forca!’. Jamais compreendemos o bastante. Quem difere de nós — estrangeiro, adversário político — passa, quase necessariamente, por mau. Inclusive, para travar as inevitáveis lutas, um pouco mais de compreensão das almas seria necessário; com mais razão ainda para evitá-las, enquanto ainda há tempo. A história, com a condição de ela própria renunciar a seus falsos ares de arcanjo, deve nos ajudar a curar esse defeito. Ela é uma vasta experiência de variedades humanas, um longo encontro dos homens. A vida, como a ciência, tem tudo a ganhar se esse encontro for fraternal.
(Marc Bloch, Apologia da História)

ARAÚJO, Vinícius Marcondes. **Novos modelos para velhos projetos: as relações militares e políticas Brasil-Estados Unidos no pós-Segunda Guerra (1944-49)**. 2019. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

RESUMO

As relações militares entre Brasil e Estados Unidos atingiram seu auge durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando os dois países estreitaram seus laços de cooperação técnica, estratégica e material, e o Brasil enviou tropas para lutar na Europa sob comando americano. A historiografia geralmente interpreta os anos do pós-guerra como de decaimento nos termos dessa relação. No entanto, observamos que, no contexto interno brasileiro, os anos imediatamente posteriores ao conflito mundial viveram uma intensificação da atuação política das e nas Forças Armadas, simultaneamente a uma continuidade de seu bom relacionamento com suas homólogas americanas. Desta forma, buscamos investigar, através da documentação diplomática produzida pelos Estados Unidos no período, quais as possíveis relações entre a política externa americana de cooperação militar com o Brasil e a politização das Forças Armadas brasileiras no período pós-Segunda Guerra (1944-49). Para isto, utilizamos as contribuições teóricas das áreas da História Militar e das Relações Internacionais: analisamos inicialmente a política externa dos Estados Unidos para o Brasil e a América Latina, buscando compreender o contexto de produção das fontes de nosso trabalho e como se desenvolveram as relações militares Brasil-EUA no período; em seguida, analisamos o contexto interno brasileiro, caracterizando o papel político de suas Forças Armadas e as implicações políticas de suas relações com os Estados Unidos. Assim, demonstramos que as relações militares entre Brasil e Estados Unidos permaneceram especialmente ativas no período pós-guerra, ainda que sob diferentes bases de atuação e mais submetidas ao poder civil. Esta atividade constante permitiu que o serviço externo americano observasse e avaliasse atentamente os impactos políticos das relações militares entre Brasil e Estados Unidos através das movimentações políticas nas Forças Armadas brasileiras.

Palavras-chave: Brasil. Estados Unidos. Forças Armadas. Política. Segunda Guerra Mundial.

ARAÚJO, Vinicius Marcondes. **New models for old projects: Brazil-United States military and political relations in post-World War II period (1944-49)**. 2019. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

ABSTRACT

The military relations between Brazil and the United States peaked during World War II period (1939-1945), when both countries tightened their ties in technical, strategic, and material cooperation, and Brazil sent troops to fight in Europe under American command. Historiography generally reads the postwar years as of decay in the terms of this relationship. However, we note that in the Brazilian domestic context, the years immediately following the world conflict experienced an intensification of the political behavior in and of the Armed Forces, simultaneously with a continuity of their good relationship with their American counterparts. Thus, we seek to investigate, through the diplomatic documentation produced by the United States in the period, what are the possible relations between the American foreign policy of military cooperation with Brazil and the political behavior of the Brazilian Armed Forces in the post-WWII period (1944-49). For this, we have used theoretical contributions from the areas of Military and International Relations History: first, we have analyzed the foreign policies of the United States to Brazil and Latin America, seeking to understand the context of production of the sources of our work and how Brazil-US military relations have developed in the period; then we analyze the Brazilian domestic context, characterizing the political role of its Armed Forces and the political implications of its relations with the United States. Thus, we demonstrate that military relations between Brazil and the United States remained especially active in the postwar period, however under different bases of action and more subjected to civil power. This constant activity has allowed the US foreign service to carefully observe and evaluate the impacts of military relations between Brazil and the United States through political movements in the Brazilian Armed Forces.

Key words: Brazil. United States. Armed Forces. Politics. World War II.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FRUS	Foreign Relations of the United States
JBUSDC	Joint Brazil-United States Defense Commission
JBUSMC	Joint Brazil-United States Military Commission
NARA	National Archives and Records Administration
OEA	Organização dos Estados Americanos
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A POLÍTICA EXTERNA AMERICANA: O PAPEL DO CONTINENTE	16
1.1 A NATUREZA DAS FONTES	16
1.2 AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS E MILITARES BRASIL-ESTADOS UNIDOS	18
1.2.1 A Política Externa dos Estados Unidos para a América Latina e o Brasil: Histórico	18
1.2.2 As Relações Militares Brasil-Estados Unidos: Histórico	22
1.3 NOVAS BASES PARA VELHOS RELACIONAMENTOS: OS CONTEÚDOS DAS COMUNICAÇÕES DIPLOMÁTICAS	28
2 A POLÍTICA INTERNA BRASILEIRA: O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS	35
2.1 FORÇAS ARMADAS NA POLÍTICA E POLÍTICA NAS FORÇAS ARMADAS: DEBATES E INTERPRETAÇÕES	35
2.2 FORÇAS ARMADAS E POLÍTICA NO BRASIL REPUBLICANO	38
2.2.1 Os Antecedentes: Império e Primeira República	38
2.2.2 A Era Vargas: Identificação Exército-Estado	42
2.2.3 O Período Democrático (1945-1964): Politização e Polarização	45
2.3 FORÇAS ARMADAS E POLÍTICA NO BRASIL: A ÓTICA AMERICANA	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

INTRODUÇÃO

Os acontecimentos políticos dos últimos anos no Brasil parecem ter chamado a atenção para o papel e a presença dos militares na política nacional, assim como do papel e da presença da política na instituição militar. Da mesma forma, a sempre problemática memória do Golpe de 1964 e da Ditadura Militar subsequente voltaram ao centro do debate político e acadêmico quando os antes dispersos e tímidos clamores por uma nova intervenção militar ganharam as ruas, novos adeptos e uma personalidade para a qual se dirigir. Assim, o crescimento meteórico da popularidade do capitão reformado do Exército Jair Messias Bolsonaro e a sua campanha vitoriosa para a presidência da República, em 2018, certamente devem contar com os aspectos militares de sua prática e discurso para serem explicados.

De fato, desde a oficialização da chapa de Bolsonaro para concorrer à presidência, a presença militar já estava clara com a escolha do general da reserva Hamilton Mourão para a vice-presidência. A vitória nas eleições e a indicação de militares da ativa e da reserva para ocupar cargos de alto escalão no governo apenas confirmaram esta tendência. Paralelamente a este processo, algumas figuras começaram a quebrar o silêncio das casernas, antes cortados apenas pelos treinamentos de tiro e pela trombeta marcial diária. Exemplos disto são as recentes manifestações nas redes sociais sobre temas políticos por parte de altos oficiais das Forças Armadas e próprio vice de Bolsonaro, General Hamilton Mourão, que também coleciona declarações públicas polêmicas. Situação estranha para a instituição que, desde sua retirada do poder em fins dos anos 1980, parecia ter assumido um compromisso tácito de não envolvimento (direto) nos assuntos de política. (CARVALHO, 2019, p. 16-17)

Assim, a ideia antes isolada e dispersa parece ter se materializado: os militares chegaram ao poder. Talvez não da forma como projetaram os que clamavam (e ainda hoje clamam) por uma intervenção militar no sentido mais direto do termo, mas de alguma forma se materializou. E assim presenciamos um retorno da atuação das Forças Armadas no cenário político nacional, e conseqüentemente o aumento do interesse público e acadêmico por entender qual a sina de nossa República de, periodicamente, carecer de rédeas castrenses em sua condução.

Ao mesmo tempo, desde seus primeiros dias como presidente eleito, Jair Bolsonaro promoveu uma aproximação diplomática inédita do Brasil com seu “grande irmão do Norte”, os Estados Unidos. Ainda que esta aproximação tenha se dado mais por motivações ideológicas do que políticas ou estratégicas, é impossível não associar um novo governo militarizado (se não podemos chamá-lo militar) a esta guinada de política externa. A situação nos remete a um paralelo com um Brasil de 70 anos atrás, quando sob uma nova Constituição democrática um presidente militar foi eleito, promovendo a aproximação diplomática com os Estados Unidos e a caça aos seus principais inimigos internos: os comunistas.

Certamente entre o governo Dutra e o governo Bolsonaro há toda uma miríade de particularidades históricas que, se não nos permitem afirmar que “a história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa” em seu sentido literal, ao menos nos permitem algumas aproximações à luz da compreensão histórica. Neste sentido, buscamos responder neste trabalho à desafiadora questão: como se relacionam a política externa americana de cooperação militar com o Brasil e a politização das Forças Armadas brasileiras no pós-Segunda Guerra (1944-49)?

A amplitude da questão inicial nos faz desdobrá-la ainda em duas questões menores, mas igualmente desafiadoras: 1) como se desenvolveram as relações militares entre Brasil e Estados Unidos no período final e posterior à Segunda Guerra Mundial?; 2) quais foram as implicações políticas, para as Forças Armadas brasileiras, das relações militares com os Estados Unidos?

Para responder a estas questões, nos debruçamos sobre parte da bibliografia especializada no tema e analisamos documentos diplomáticos produzidos pelo serviço externo americano neste período. A hipótese inicial, conforme enunciamos, é a de que, dados a aproximação histórica das Forças Armadas brasileiras com suas congêneres americanas – reforçada especialmente durante a Segunda Guerra Mundial – e o papel político historicamente exercido pela instituição militar no Brasil, o primeiro fator pode ter influenciado o outro de algum modo.

Assim, nosso trabalho se insere em duas áreas da História Política: a da História Militar e a da História das Relações Internacionais. Se tais temáticas, sob uma leitura apressada e superficial, podem ser confundidas com aquelas abordagens e domínios preferenciais da historiografia metódica do século XIX, a constante renovação da historiografia não nos desampara em termos de referenciais teóricos.

René Rémond (1996) talvez seja a principal referência de uma proposta de renovação da História Política empreendida pela historiografia francesa, pelo menos desde a década de 1980. Ainda entre os franceses, a chamada “escola francesa” de História das Relações Internacionais – que tem em Pierre Renouvin sua referência principal – também busca se distanciar da metódica História Diplomática pelo menos desde a Segunda Guerra Mundial (SARAIVA, 2008, p. 11-15). Finalmente, a História Militar também conta com recentes avanços na historiografia – especialmente a brasileira –, como demonstra a coletânea organizada por Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay “Nova história militar brasileira” (2004).

Nas três áreas mencionadas, a “renovação” se deu através da incorporação e articulação de temáticas sociais, culturais e econômicas, exploração de novas fontes documentais e sob diferentes óticas e metodologias. Algumas interpretações ainda permanecem clássicas e referências obrigatórias, como é o caso da concepção organizacional das relações entre Forças Armadas e política no Brasil (COELHO, 2000) e o da História como base para uma teoria das Relações Internacionais (DUROSELLE, 2000), que guiam os pressupostos desse trabalho.

Um dos debates mais constantes no âmbito da História das Relações Internacionais versa sobre as relações entre a política interna e externa dos Estados. Conforme desenvolvido por Pierre Milza (1996, p. 370), “[...] não há diferença de natureza, tampouco separação estanque entre o *interior* e o *exterior*, mas interações evidentes entre um e outro, com, entretanto, uma primazia reconhecida do primeiro sobre o segundo”. Milza também argumenta que, ainda que empiricamente não se possa discernir claramente um âmbito de outro, tal divisão para fins de reflexão teórica é possível e mesmo recomendável. Assim, a compreensão das relações militares entre Brasil e Estados Unidos pode se beneficiar desta abordagem, na medida em que contempla as pressões da política interna nas escolhas internacionais, que:

[...] concorrem para a elaboração das escolhas decididas pelo governo vigente, seja por referência às ideias da família [política] dominante, por compromisso entre as preferências dos diferentes grupos associados ao poder, ou por reação às opções internas e externas de um adversário comum. (MILZA, 1996, p. 381)

E também as pressões da situação internacional nas escolhas internas de um país:

Ao mesmo tempo que a situação internacional determina pois clivagens e alianças que não coincidem estritamente com as fronteiras ideológicas,

compondo e recompondo as maiorias eleitorais, famílias políticas e correntes de pensamento sentem, com força cada vez maior, a atração de modelos externos [...] (MILZA, 1996, p. 391)

Desta forma, a própria estrutura deste trabalho se guia por esta perspectiva. O capítulo inicial analisa os aspectos externos das relações militares Brasil-Estados Unidos, fornecendo a compreensão do contexto no qual as fontes aqui empregadas foram produzidas. Em seguida, no segundo capítulo, nos debruçamos sobre as características internas das relações entre Forças Armadas e políticas no Brasil, articulando com as evidências fornecidas pelas fontes. Finalmente, avaliamos se as perguntas levantadas inicialmente foram respondidas e apontamos os caminhos e novas perguntas revelados pela pesquisa.

1 A POLÍTICA EXTERNA AMERICANA: O PAPEL DO CONTINENTE

Para responder aos questionamentos propostos por este trabalho, faz-se necessário investigar as características da política externa dos Estados Unidos para a América Latina – e particularmente o Brasil – historicamente e mais especificamente no contexto pós-Segunda Guerra Mundial. Após algumas considerações sobre a natureza das fontes utilizadas nesta pesquisa, investigaremos o contexto histórico em que elas foram produzidas, apontando, finalmente, para as principais temáticas tratadas por elas, ressaltando os temas mais relevantes para se investigar as relações militares entre Brasil e Estados Unidos pós-1945.

1.1 A NATUREZA DAS FONTES

A pesquisa historiográfica e o trabalho com as fontes exigem, antes de tudo, o conhecimento do material a ser pesquisado. Como portadoras de informações a serem analisadas e investigadas pelo historiador, as fontes devem ter seu contexto de produção investigado e seu discurso submetido a uma análise crítica exaustiva – uma análise que submeta o documento a uma série de questões, notando seus silêncios, ausências e possíveis falsificações. Esta espécie de “desconfiança” em relação ao documento é fundamental para se conhecer as intenções, critérios e determinantes de seu autor, permitindo, assim, que se perceba a qualidade das informações que a fonte pode ou não fornecer sobre o objeto de pesquisa. (SAMARA & TUPY, 2007, p. 118; BACELLAR, 2008, p. 23-80)

As fontes utilizadas neste trabalho são exclusivamente documentos diplomáticos produzidos e publicados por funcionários de diversos escalões das agências governamentais dos Estados Unidos. Esta documentação foi obtida através do projeto *Opening the Archives*, coordenado pelo Prof. Dr. Sidnei J. Munhoz (UEM) e pelo Prof. Dr. James Green (Brown University), que está digitalizando e indexando um acervo com centenas de milhares de documentos produzidos pela diplomacia americana sobre o Brasil ao longo do século XX. Os arquivos digitalizados, provenientes do Departamento de Estado dos Estados Unidos, encontram-se originalmente depositados no Arquivo Nacional americano – *National Archives and Records Administration* (NARA). Quanto à sua forma material, os documentos foram

organizados e gravados em microfilme pelo NARA, disponibilizados à consulta pública quando de sua “desclassificação”¹ e posteriormente digitalizados pelo projeto.

Entre os milhares de documentos disponibilizados pelo projeto, selecionamos para esta pesquisa o conjunto referente ao período de 1945 a 1949, denominado “*National Archives Microfilm Publication*, nº M1492, *Record of the Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil (1945-1949)*”, arquivo decimal nº 832, produzido em Washington (1987). A coleção faz parte do *National Archives Record Group 59, General Records of the Department of State*.²

De acordo com a descrição apresentada no início dos rolos de microfilme, todo o conjunto comporta 48 rolos relacionados a assuntos internos do Brasil. São, em sua maioria, instruções e despachos produzidos por e para oficiais consulares e diplomáticos, muitos na forma de telegramas e aerogramas, incluindo notas entre o Departamento de Estado dos EUA e as representações diplomáticas estrangeiras atuantes nos Estados Unidos. Também constam memorandos preparados por oficiais do Departamento e correspondências com oficiais de outros departamentos governamentais, companhias privadas e indivíduos.

A classificação interna utilizada pelo Departamento de Estado em relação aos seus documentos é baseada em um sistema decimal, que se manteve praticamente inalterado entre 1910 e 1963. Em alguns casos, a data assinalada no documento é posterior ao período em que ele foi realmente criado, por questões de burocracia interna. Alguns documentos foram removidos e não aparecem na publicação – são documentos mantidos em sigilo por razões de segurança, recebidos e/ou postos em sigilo por governos e agências estrangeiras ou pelo próprio Departamento de Estado dos EUA.

No trabalho, utilizaremos especificamente os seguintes rolos de microfilme digitalizados, apenas nas seções mencionadas:

¹ A “classificação” de documentos pelo governo americano é a atribuição de determinado grau de sigilo às informações contidas nestes. Os principais níveis de classificação são: *confidential* (confidencial), *secret* (secreto) e *top secret* (ultrassecreto). O tempo entre a produção e a desclassificação de um documento é maior, quanto maior seu grau de sigilo, sendo determinado pela legislação americana de Acesso à Informação (*Freedom of Information Act* – FOIA).

² Disponível para consulta em: **Opening the Archives** <<http://www.comcap.uem.br/cdo/>>.

- a) **rolo nº 1492_22**: documentos de nº: 832.20/1-445 a 832.20/12-1349 (p. 644-1028), “Assuntos Militares”; 832.20 DEFENSE/5-1545 a 832.20-MISSIONS/10-2549 (p.1029-1264), e 832.20 MISSIONS/1-445 a 832.20 MISSIONS/11-2949 (p. 1265-1561), “Missões”;
- b) **rolo nº 1492_23**: documentos nº 832.20111/4-2845 a 832.2365/1-2946 (p. 11-302), “Visitas de oficiais brasileiros a estabelecimentos militares nos Estados Unidos”.

Consideramos que a documentação diplomática possui problemáticas particulares ao seu caráter oficial, de Estado: em um primeiro momento, o documento seduz pela sensação de veracidade, cabendo ao pesquisador conhecer e considerar atentamente seu contexto de produção, avaliando os propósitos de seu autor e os conflitos subjacentes à sua produção. Estão ausentes do material consultado os conflitos e embates internos aos órgãos governamentais que perpassam a produção destes documentos. Conflitos que demonstram tensões na hierarquia decisória em ações de política exterior entre seus agentes (embaixadores, adidos militares, secretários substitutos, encarregados de negócios, secretário de Estado, etc.) e as políticas oficial e publicamente enunciadas pelo poder Executivo.

Assim, em nossas análises das fontes, buscaremos localizar seu momento de produção e as possíveis intenções de seus autores, bem como os conflitos e desencontros denunciados pelas próprias ressalvas e correções trazidas pelos documentos. Buscaremos, assim, a necessária atitude de reserva e distanciamento quanto às informações fornecidas. Devido ao volume de documentos pesquisados e à ausência de trabalhos que apontem as informações presentes no conjunto documental, optamos por uma análise mais panorâmica, indicando as temáticas abordadas por conjuntos de documentos, reservando a análise específica apenas a alguns documentos de maior importância para o objeto da pesquisa.

1.2 AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS E MILITARES BRASIL-ESTADOS UNIDOS

1.2.1 A Política Externa dos Estados Unidos para a América Latina e o Brasil:

Histórico

Antes de adentrar em uma análise específica das relações militares entre Estados Unidos e Brasil no contexto imediato do pós-Segunda Guerra, faz-se necessária uma breve exposição da história da política externa americana e de suas relações com os países da América Latina, assim como das características da política externa brasileira no mesmo período. Esta necessidade é reforçada pela natureza das fontes empregadas neste trabalho: tratando-se, em sua totalidade, de documentos diplomáticos produzidos pelo serviço externo americano, a compreensão de seu contexto de produção é tarefa fundamental para sua análise crítica.

A análise da política externa dos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra não pode prescindir de uma compreensão de seu desenvolvimento histórico, conforme a perspectiva de teoria das relações internacionais elaborada por Duroselle (2000). Neste sentido, Cristina S. Pecequilo (2011, p. 33-37) ressalta que o período estudado é justamente o momento de transição entre as duas principais etapas da política externa americana: entre o que a autora chama de fases “histórica”, de 1776 até 1945, e “contemporânea”, de 1945 até o pós-Guerra Fria. Segundo Pecequilo, a política externa dos Estados Unidos é historicamente marcada por um “alto grau de continuidade” em suas estratégias, sendo “[...] caracterizada por um acúmulo de tradições de comportamento internacional” (2011, p. 473). Essas tradições foram construídas ao longo do período histórico, quando “[...] foram construídas as bases fundamentais da política externa norte-americana, que foram mantidas e retrabalhadas ao longo da evolução das relações internacionais dos Estados Unidos.” (PECEQUILO, 2011, p. 30)

Identificando o que considera os “acontecimentos-chave” na história do país, Pecequilo (2011, p. 33-4) subdivide o período histórico em uma fase de construção, desenvolvimento interno e expansão da nação, seguida pela modernização da economia e da sociedade americanas (1776-1898) e uma segunda fase de “reposicionamento relativo” dos Estados Unidos no mundo, quando seu potencial político e econômico ainda não corresponde a um engajamento ativo na construção da ordem internacional (1898-1945). Embora a autora aponte para este tímido posicionamento global dos Estados Unidos em seu período histórico, sua relação com o restante do continente americano seguiu a via contrária, ao apresentar, desde o século XIX, sinais de busca de garantias dos seus interesses externos.

A partir da enunciação da Doutrina Monroe (1823)³ e da ideia do pan-americanismo, o continente passou a ser percebido pelos EUA como uma extensão normal e natural de seu interesse. Assim, qualquer ameaça ao hemisfério ocidental passaria a ser traduzida em uma ameaça aos Estados Unidos, sendo necessário excluir as ameaças e intervenções externas (nomeadamente, da Europa) para garantir a estabilidade doméstica. Portanto, a Doutrina Monroe estabelece a associação direta entre a segurança interna dos EUA e a de outros países americanos, favorecendo o estabelecimento do sistema americano com liderança dos EUA e a afirmação da identidade americana ante a europeia. O Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe (1904)⁴, alcunhado “*big stick*”, viria a reafirmar a hegemonia americana no continente ao autorizar intervenções diretas em países latino-americanos, com vistas a garantir sua esfera de influência contra ameaças externa e internas. (PECEQUILO, 2011, p. 88-92).

É apenas na década de 1930 que a política externa dos EUA para o continente viria a sofrer maiores mudanças em suas estratégias. As intervenções custosas e contraproducentes das décadas passadas deram lugar a uma política de defesa contra as ameaças externas e busca de estabilidade interna no continente através da cooperação enunciada na Política da Boa Vizinhança⁵ do presidente Franklin D. Roosevelt (1933-1945). Esta política ativou o fluxo comercial e financeiro entre os países latino-americanos e a potência do Norte, criando esperanças de uma mudança real e definitiva nos padrões do relacionamento hemisférico. No entanto, a vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, juntamente com a ascensão da União Soviética, passaram a exigir dos Estados Unidos um papel mais ativo na construção da ordem internacional do pós-guerra. O abandono definitivo do isolacionismo no cenário mundial é acompanhado por uma deterioração das relações hemisféricas. (PECEQUILO, 2011, p. 115-9)

Embora os anos iniciais do pós-guerra tenham sido marcados por uma relativa indecisão na política externa americana, tanto em seu hemisfério quanto no restante

³ Enunciada pelo presidente James Monroe, previa a não intervenção das potências europeias nos países americanos. Frequentemente é resumida pela frase “América para os americanos”.

⁴ Postulado pelo presidente Theodore D. Roosevelt, anuncia claramente as intenções de intervenção militar dos Estados Unidos sobre outros países americanos.

⁵ Consistia em um esforço para a aproximação cultural entre Estados Unidos e América Latina e se materializaria através de investimentos e venda de tecnologia americana para os países latino-americanos.

do mundo, o amadurecimento da bipolarização no cenário mundial levaram à elaboração da doutrina da contenção, enunciada inicialmente pela Doutrina Truman (1947)⁶. A partir de então, o foco da política externa americana se direcionaria às regiões da Europa e Ásia mais vulneráveis ao perigo comunista, ficando o relacionamento hemisférico restrito a iniciativas e acordos militares e econômicos sempre aquém das necessidades latino-americanas para seu desenvolvimento. (PECEQUILO, 2011, p. 217-25)

A alteração no tipo de atuação externa americana não deixaria de produzir seus efeitos internos nos países latino-americanos. Leslie Bethell e Ian Roxborough (1996, p. 24-56) apontam para como, de maneira geral, os primeiros anos do pós-guerra produziram no continente ondas de democratização e/ou consolidação democrática, ascensão e legalização dos partidos comunistas e intensificação da militância trabalhista. Esta abertura teria contado com certo apoio dos Estados Unidos, no bojo das alianças estabelecidas na Segunda Guerra e para a construção da nova ordem internacional. No entanto, juntamente com a enunciação da doutrina da contenção, a abertura democrática geral no continente é freada, os partidos comunistas são proscritos e o movimento trabalhista é mais firmemente controlado pelos governos. Este recrudescimento seria explicado tanto pela atuação direta e/ou indireta dos Estados Unidos quanto pela acomodação das classes industriais latino-americanas às condições para a atração de capital estrangeiro: a adesão ao desenvolvimento capitalista liberal.

No Brasil, a participação na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados e as características políticas do regime do Estado Novo provocaram profundas mudanças em sua política externa. Se nos anos anteriores à guerra o país buscou jogar com as oportunidades comerciais disponíveis em busca de seu desenvolvimento industrial, em uma atitude de “equidistância pragmática”, a aproximação definitiva com os EUA, na década de 1940, depositou nesta relação bilateral todos os esforços diplomáticos do Brasil no sentido de modernizar sua economia. Ao fim do conflito mundial, o alinhamento com o governo americano vai se traduzir na

⁶ Expressa pelo presidente Harry Truman, designa um conjunto de práticas de política exterior visando a contenção do avanço do comunismo nas áreas mais “frágeis” e diretamente suscetíveis a revoluções, como o leste europeu e a Ásia.

instrumentalização da política externa em função de preocupações político-sociais internas, como na cassação do Partido Comunista. (RICUPERO, 2017, p. 367-76; CERVO & BUENO, 2011, p. 288-92)

1.2.2 As Relações Militares Brasil-Estados Unidos: Histórico

As relações militares entre Brasil e Estados Unidos atingiram seu auge com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), desenvolvendo, ao longo do conflito, expectativas positivas em ambos os lados. Nas palavras do historiador Sonny Davis:

As relações militares entre o Brasil e os Estados Unidos no século XX foram únicas na região. A partir de contatos iniciais precavidos, o relacionamento cresceu lentamente até que a Segunda Guerra Mundial consolidou os laços entre os dois gigantes do Hemisfério. O Brasil esperava que a aliança ajudasse a sua busca por desenvolvimento econômico e militar, enquanto que os Estados Unidos entendiam que o seu parceiro júnior daria a ele lealdade inquestionável nos assuntos internacionais. (DAVIS, 2011, p. 361)

Segundo Davis, as relações militares entre Brasil e Estados Unidos foram historicamente marcadas pela busca do desenvolvimento econômico e militar, pelo Brasil, e pela garantia da lealdade internacional de seu vizinho sul-americano, pelos EUA. Essas relações têm um marco inicial em 1914, quando um oficial da Marinha americana é destacado como instrutor da Escola de Guerra Naval brasileira (RJ). Em 1922, uma missão naval americana se instala no Brasil, permanecendo até o início da década de 1930. (DAVIS, 2011, p. 361-5)

A partir da década de 1930, com as já mencionadas mudanças no comportamento hemisférico dos Estados Unidos através da Política da Boa Vizinhança e do posicionamento externo brasileiro, com a tomada do poder por Getúlio Vargas e os militares, há uma progressiva aproximação entre os setores militares dos dois países. Com o avanço do conflito mundial, na virada das décadas de 1930 e 1940, são elaborados de maneira conjunta entre os EUA e os países do continente planos para visitas mútuas de oficiais militares, fornecimento de veículos, aeronaves e navios, e a presença de adidos militares americanos no continente é incrementada. Com a Declaração de Lima (1938), são estabelecidas as bases para as negociações militares bilaterais e acordos de assistência econômica entre os EUA e os países latino-americanos, e a partir da década de 1940 o Departamento de

Guerra investe no aumento de verbas e de oficiais militares americanos presentes em todo o continente. A iminência do conflito na Europa provocava mudanças no relacionamento hemisférico:

[...] Foi a escala, extensão e complexidade dos arranjos necessários à viabilização das atividades militares em tempo de conflito global que levou à sensível ampliação dos quadros de representantes, assessores e consultores militares dos EUA na América Latina. (OLIVEIRA, 2015, p. 37)

No caso brasileiro, a visita, em 1939, de uma delegação militar americana chefiada pelo general George C. Marshall e a retribuição da visita pelo general brasileiro Pedro Aurélio de Góes Monteiro, no mesmo ano, marcou a intensificação do relacionamento militar entre os dois países. No entanto, é apenas quando o conflito na Europa dá mostras de se tornar mundial que a cooperação militar avança em termos concretos. (DAVIS, 2011, p. 365-9)

Em 11 de março de 1941, o cerco do conflito mundial começa a se fechar sobre o continente, e os Estados Unidos lançam o programa de *Lend-Lease*, que previa o empréstimo de armas e outros suprimentos para o esforço de guerra de nações aliadas. No mesmo ano, o país estabelece com o Brasil um acordo secreto de cooperação e defesa hemisférica, que previa assistência material, financeira e técnica, mas ainda não permitia a presença de tropas americanas em solo brasileiro. (DAVIS, 2011, p. 369-73)

Com a entrada definitiva dos Estados Unidos na guerra, em dezembro de 1941, e os subsequentes rompimento de relações (janeiro de 1942) e declaração de estado de beligerância (agosto de 1942) contra os países do Eixo pelo Brasil, um acordo político-militar secreto foi firmado entre os dois países, prevendo a criação de duas comissões militares e de defesa mútua para coordenar os esforços de guerra, discutindo e emitindo recomendações a serem entregues às autoridades políticas e militares: a Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos (*Joint Brazil-United States Defense Commission* – JBUSDC), sediada em Washington, e a Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos (*Joint Brazil-United States Military Commission* – JBUSMC), sediada no Rio de Janeiro. Para Oliveira (2015), a atuação dessas comissões acabou assumindo funções ainda mais importantes no pós-guerra:

[...] a comissão acabou por se constituir antes mesmo do término da Segunda Guerra Mundial em uma autêntica missão militar de instrução e aperfeiçoamento do Exército Brasileiro, comparável em importância à Missão Militar Francesa que operou no Brasil entre 1922 e 1940 – senão mais. (OLIVEIRA, 2015, p. 37)

Entre as principais questões debatidas pelas comissões no período da guerra estavam a “Questão do Nordeste” – região de interesse estratégico para as forças aliadas, mas que encontrava resistência por parte do governo brasileiro em permitir a permanência de tropas americanas -, o fornecimento de armamentos ao Brasil, a participação direta do Brasil na guerra, com o envio de tropas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e da Força Aérea Brasileira (FAB) e, principalmente, para os interesses deste trabalho, as relações militares promissoras a serem desenvolvidas no período pós-guerra:

No imediato pós-guerra [...] subsistia a esperança de que a aliança militar na guerra e o alinhamento automático aos EUA no pós-guerra seriam suficientes para garantir ao Brasil um tratamento privilegiado da parte do grande aliado estadunidense, uma ‘aliança especial’. (OLIVEIRA, 2015, p. 70)

Portanto, a entrada conjunta no conflito trouxe aos oficiais brasileiros a expectativa de um papel ativo e de prestígio na condução da política externa brasileira. A criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) reforçou essas esperanças de projeção internacional e segurança nacional sendo alcançadas pela parceria entre os dois países. No entanto, antes mesmo da guerra terminar já surgiam indícios de mudanças neste relacionamento. Uma disputa emergente sobre o controle da política externa dos EUA entre os membros civis do Departamento de Estado e os oficiais militares atuantes no Departamento de Guerra e nas Comissões conjuntas foram os primeiros sintomas desta quebra de expectativas.

Ainda em 1944, o Departamento de Estado americano, através de sua Embaixada no Brasil, estabeleceu contato com Vargas demonstrando intenções de manter e ampliar a parceria militar no contexto pós-guerra⁷. A atitude foi recebida por Vargas e pelo alto escalão militar de maneira positiva, com otimismo⁸. Os termos dessa parceria foram minuciosamente descritos em circulares enviadas pelo Secretário de Estado americano para outros países sul-americanos, propondo um papel de destaque para a região em uma futura estrutura internacional de segurança

⁷ Documento: (100) Memorandum by the American Ambassador in Brazil (Caffery) to the President of Brazil (Vargas), 10/07/1944. In: U. S. DEPARTMENT OF STATE. **Foreign Relations of the United States** [doravante citada como **FRUS**]: Diplomatic Papers, 1944, The American Republics, Volume VII. Washington: United States Government Printing Office, 1967. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1944v07/d100>>.

⁸ Documento: (99) The Chargé in Brazil (Donnelly) to the Secretary of State, 10/10/1944. In: U. S. DEPARTMENT OF STATE. **FRUS**: Diplomatic Papers, 1944, The American Republics, Volume VII. Washington: United States Government Printing Office, 1967. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1944v07/d99>>.

através de acordos bilaterais a serem firmados entre tais países e os EUA. Os acordos englobariam o fornecimento de equipamento bélico, matérias-primas e materiais estratégicos, além de apoio técnico e treinamento profissional por parte dos EUA, e de garantias de lealdade, defesa e assistência mútua em caso de agressão externa.⁹

Retomando a tese de Pecequillo (2011), tais intenções revelam que a política externa dos EUA para a América Latina nos primeiros anos do pós-guerra (1945-47) foi marcada pela sua relativa indecisão e até mesmo um clima de parceria e criação de expectativas mútuas com relação às demais repúblicas sul-americanas. No entanto, tais relações logo caíram para o descaso, com os Estados Unidos não atendendo as expectativas de cooperação militar dos países americanos:

[...], o estabelecimento de uma série de tratados bilaterais militares entre os Estados Unidos e os países da região, entre os quais o Brasil, tentaram explorar tais potencialidades, mas todas essas iniciativas estiveram muito aquém das necessidades e das prioridades latino-americanas na época. (PECEQUILO, 2011, p. 220)

Contribuiu para este “decaimento” o fato da América Latina não ser mais percebida como prioritária no quadro de poder que se configurava no sistema internacional, renunciando a Guerra Fria. Permaneciam os ideais de cooperação e solidariedade na política externa dos EUA para a América Latina, mas apenas na retórica. Estes ideais conduziram a criação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em 1947, e a fundação da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948, inspirados nos ideais de segurança coletiva e cooperação política do pan-americanismo, mas não foram capazes de superar o clima de parceria e otimismo da Política da Boa Vizinhança, que conduziu as relações com a América Latina no período da guerra. Com o fim desta, os EUA direcionam suas preocupações para a Ásia e Europa, mais suscetíveis à influência soviética, e só voltam a depositar atenção na América a partir da segunda metade da década de 1950, quando os ânimos contra os Estados Unidos se agitam no continente.

No Brasil, a quebra de expectativas foi especialmente sentida. Entre março e

⁹ Documento: (87) The Acting Secretary of State to Certain Diplomatic Representatives in the American Republics, 01/08/1944. In: U. S. DEPARTMENT OF STATE. **FRUS**: Diplomatic Papers, 1944, The American Republics, Volume VII. Washington: United States Government Printing Office, 1967. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1944v07/d87>>.

⁹ Documento: (88) Instructions for Staff Conversations With Military and Naval Representatives of the Other American Republics, s/d. In: U. S. DEPARTMENT OF STATE. **FRUS**: Diplomatic Papers, 1944, The American Republics, Volume VII. Washington: United States Government Printing Office, 1967. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1944v07/d88>>.

abril de 1945, os oficiais de alto escalão do Exército, Marinha e Aeronáutica brasileiros elaboraram, em conjunto com seus pares americanos, três planos de incremento e modernização das Forças Armadas para a defesa hemisférica no pós-guerra. Os planos previam o auxílio dos EUA no fornecimento de material militar padronizado, construção e reforma de bases e campos de treinamento e o investimento na modernização das Forças Armadas brasileiras de forma que se tornassem “as mais poderosas no hemisfério sul, capazes de enfrentar sozinhas qualquer combinação de seus vizinhos americanos”! Estes planos foram fortemente desencorajados pelo embaixador americano no Brasil, Adolf Berle Jr.¹⁰.

O diplomata alegou que as conversações que desembocaram na elaboração dos planos não contaram com a presença de um membro civil da embaixada, e que as propostas contidas no documento estavam muito além do que seria necessário e interessante para o desenvolvimento econômico do Brasil. Apesar de admitir que as propostas contribuiriam para que o Brasil cooperasse com a política de segurança hemisférica dos EUA, afirmava que suas limitações econômicas clamavam pela necessidade de privilegiar o desenvolvimento econômico interno, como investimentos em grandes obras de infraestrutura. Assim, as Forças Armadas receberiam apenas o mínimo necessário para a manutenção da segurança hemisférica, ainda sob encargo preponderante dos Estados Unidos.¹¹

As insatisfações dos oficiais militares brasileiros não tardaram em aparecer. Em dezembro de 1945, o encarregado de negócios da embaixada americana no Brasil relatou ao Departamento de Estado que havia sido procurado pelo então coronel João Bina Machado. Este o havia alertado sobre o “crescimento de sentimentos antiamericanos em altos escalões militares do Brasil”¹², e a sensação de que os Estados Unidos tratavam o Brasil “como um irmão menor”. Este ressentimento teria sido motivado pelo silêncio cauteloso dos Estados Unidos em relação aos três planos

¹⁰ Documentos: (465) The Ambassador in Brazil (Berle) to the Secretary of State, 26/07/1945; (466) The Ambassador in Brazil (Berle) to the Secretary of State, 26/07/1945; e (467) The Ambassador in Brazil (Berle) to the Secretary of State, 27/07/1945. In: U. S. DEPARTMENT OF STATE. **FRUS**: Diplomatic Papers, 1945, The American Republics, Volume IX. Washington: United States Government Printing Office, 1969. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1945v09/ch22>>

¹¹ Idem

¹² Documento: (468) The Chargé in Brazil (Daniels) to the Secretary of State, 28/12/1945. In: U. S. DEPARTMENT OF STATE. **FRUS**: Diplomatic Papers, 1945, The American Republics, Volume IX. Washington: United States Government Printing Office, 1969. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1945v09/d468>>.

de modernização das Forças Armadas brasileiras, além de alguns incidentes menores envolvendo a apresentação de oficiais americanos em serviço no Brasil. A resposta do Departamento de Estado foi no sentido de reassegurar o desejo americano de cooperação com o Brasil, mas também continha um tom de alerta: secretamente, o Secretário de Estado informava a embaixada de que “certos elementos, talvez tanto no Brasil quanto em Washington, podem estar causando problemas nesta questão”, e solicitava atenção sobre quaisquer agitações internas no Brasil que pudessem atrapalhar as relações com os EUA, especialmente entre os círculos militares.¹³

Conforme demonstrado, as interpretações historiográficas e a documentação apontam para uma mudança no relacionamento militar entre os dois países no contexto pós-Segunda Guerra. Se, durante o conflito, as relações militares Brasil-EUA atingiram seu auge, as mudanças na configuração política mundial e as transformações políticas internas ao Brasil pós-1945 causaram uma “quebra de expectativas” na perspectiva de transformação do Brasil em uma potência militar regional.

Ainda é válido ressaltar uma outra ordem de mudanças que se operava neste mesmo contexto, desta vez nos padrões de relacionamento externo dos EUA. Já em seus pareceres sobre os planos de modernização das Forças Armadas brasileiras, citados anteriormente, o embaixador Berle alertava para o perigo do excesso de autonomia dos oficiais militares na condução dos relacionamentos entre os dois países. Não por acaso, ainda em dezembro de 1944, o Departamento de Estado emitiu uma “Declaração de Procedimentos de Conduta em Conversações Bilaterais de Pessoal Militar na América Latina”¹⁴, reforçando a primazia do serviço externo civil na condução de qualquer conversação entre forças militares dos países envolvidos. Tais movimentações demonstram a preocupação do governo americano em reduzir a influência militar em sua política externa, assim como o envolvimento de seus oficiais militares na política interna de outros países.

¹³ Documento: (469) The Secretary of State to the Chargé in Brazil (Daniels), 31/12/1945. In: U. S. DEPARTMENT OF STATE. **FRUS**: Diplomatic Papers, 1945, The American Republics, Volume IX. Washington: United States Government Printing Office, 1969. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1945v09/d469>>.

¹⁴ Documento: (106) Memorandum by the Acting Director, Office of American Republic Affairs (Armour), to the Secretary of State, 07/12/1944. In: U. S. DEPARTMENT OF STATE. **FRUS**: Diplomatic Papers, 1944, The American Republics, Volume VII. Washington: United States Government Printing Office, 1967. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1944v07/d106>>.

Desta forma, procederemos à análise dos conteúdos das comunicações diplomáticas americanas no pós-guerra tendo em vista os dois aspectos apontados anteriormente: a quebra de expectativas brasileira quanto à sua importância na segurança hemisférica pós-guerra e a readequação do serviço externo americano para o novo contexto mundial, priorizando a condução civil dos assuntos de política externa e observando atentamente os impactos políticos de suas ações nos países envolvidos.

1.3 NOVAS BASES PARA VELHOS RELACIONAMENTOS: OS CONTEÚDOS DAS COMUNICAÇÕES DIPLOMÁTICAS

Apesar das mudanças no caráter do relacionamento militar entre Brasil e Estados Unidos nos pós-Segunda Guerra, este não se manteve nulo nos anos posteriores. A documentação recentemente disponibilizada pelo projeto mencionado anteriormente demonstra que o intercâmbio entre as forças militares dos dois países manteve-se constante e progressivo no quinquênio posterior, favorecido pelos prospectos positivos da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial e pela simpatia do presidente Eurico Gaspar Dutra aos Estados Unidos. Neste sentido, buscaremos apontar os indícios de atividades nas relações militares entre os dois países através de um levantamento quantitativo dos documentos diplomáticos do período, assim como ressaltar as mudanças nessas relações em tempos de paz.

Vale ressaltar que, devido ao volume de documentos disponíveis, optou-se por seguir a própria classificação do arquivo nacional americano, que agrupou os documentos aqui utilizados sob o título “Assuntos militares e missões” (*Military affairs and missions*). Certamente outros documentos de grande valia para o tema pesquisado foram agrupados sob outras classificações, mas este trabalho poderá se dar em pesquisas posteriores.

As Comissões Militares Mistas Brasil-Estados Unidos (JBUSDC-Washington e JBUSMC-Rio de Janeiro) continuaram ativas no pós-guerra, mas seguindo a tendência apontada anteriormente de serem subordinadas ao serviço externo civil e mudando sua base de atuação para os tempos de paz. De fato, a documentação consultada demonstra que neste período as comissões passaram a assumir um

caráter muito mais de missão diplomática voltada a assuntos militares do que estritamente militar.

Em setembro de 1945, o embaixador Berle envia um telegrama¹⁵ aos Departamentos de Estado e Guerra dos Estados Unidos, urgindo pela revisão da atuação da JBUSMC nos tempos de paz. O embaixador relembra que durante o período do conflito mundial, a Comissão foi tratada como unidade de operações, sendo dirigida unilateralmente pelo Departamento de Guerra – situação aceita como parte da cooperação de guerra. No entanto, “[...] O funcionamento contínuo deste imensamente útil mecanismo em tempos de paz requer uma mudança de bases.”¹⁶, especialmente no que dizia respeito à entrada e saída de oficiais entre os dois países. Durante a guerra, havia livre trânsito de oficiais entre Brasil e Estados Unidos, sem necessidade de reconhecimento ou aprovação dos pares em cada país. No entanto, Berle argumenta que a iminência do fim do conflito poderia trazer mudanças no quadro de pessoal, o que deveria ser feito com atenção, tendo em vista a contínua colaboração amistosa com o Brasil. Desta forma, recomenda que a Seção Americana da JBUSMC assuma as responsabilidades pela designação ou desligamento de oficiais a seu serviço, de forma a evitar descontentamentos por parte dos brasileiros, caso alguma mudança fosse feita sem levar em consideração os laços formais e informais estabelecidos entre os oficiais em missão.

No mês seguinte ao telegrama de Berle, a JBUSMC aprovaria a “Recomendação nº 16”¹⁷, que estabelecia as funções desta comissão na colaboração militar Brasil-Estados Unidos. O documento foi aprovado pelos governos brasileiro e americano, e previa a reorganização da delegação americana, estabelecendo a operação autônoma das seções da Marinha e do Exército, de forma a dinamizar o fornecimento de treinamento às forças brasileiras, e passava em revista as funções da Comissão, reforçando seu status como único canal de colaboração militar entre Brasil e Estados Unidos:

[...] 3. A Recomendação nº 16 encarrega a JBUSMC de fazer recomendações aos ministérios da Guerra, Marinha e Aeronáutica do Brasil e aos Departamentos de Guerra e da Marinha dos Estados Unidos no que concerne aos/às: equipamentos dos Estados Unidos apropriados às necessidades do

¹⁵ **Opening the Archives:** US-Brazil relations. 1945-1949. Rolo nº 1492_22, p. 1271-1274.

¹⁶ Idem. Tradução livre de: “[...] *Continued functioning of this immensely useful mechanism in peacetime requires change of basis.*”

¹⁷ **Opening the Archives:** US-Brazil relations. 1945-1949. Rolo nº 1492_22, p. 872 e 874-6.

Brasil; métodos americanos de organização, administração, suprimento e manutenção desejados pelo Brasil, especialmente em matéria de instrução e treinamento; medidas apropriadas para emprego efetivo, pelas Forças Armadas brasileiras, de equipamentos e métodos americanos; pessoal militar americano necessário para realizar tais medidas no Brasil; o pessoal brasileiro a receber instruções no e/ou com escolas e centros do Exército, Marinha e Aeronáutica dos Estados Unidos. A Comissão também é encarregada de fazer recomendações concernentes a quaisquer outros assuntos de colaboração militar que parecer apropriado, ou que seja assim designado por autoridade competente. A Comissão também é requerida para dar assistência na execução das recomendações aprovadas, de forma mutuamente aceita pelos ministérios da Guerra, Marinha e Aeronáutica do Brasil e pelos Departamentos de Guerra e Marinha dos Estados Unidos.

4. [...] designa a JBUSMC no Rio como agência entre Brasil e Estados Unidos para examinar assuntos afetando a Defesa Hemisférica, quando assim requisitado por autoridades competentes. E a Recomendação indica a JBUSMC como a única agência conjunta Brasil-Estados Unidos com competência para efetuar a colaboração militar entre os dois países.¹⁸

A Recomendação também previa que a JBUSMC tivesse acesso direto aos Ministérios da Guerra, Marinha e Aeronáutica do Brasil e Departamentos de Guerra e Marinha dos Estados Unidos, em qualquer assunto sob o escopo da Comissão. O documento sinaliza um crescimento de importância da JBUSMC no contexto pós-guerra, enunciando com clareza sua autonomia na condução das relações militares entre os dois países. No entanto, seguindo a tendência apontada anteriormente de incorporação das relações militares pelo serviço externo civil, o Departamento de Estado se esforçaria para consolidar sua presença nas duas Comissões.

Uma troca de recomendações e memorandos entre membros do Escritório para Assuntos Americanos (*Office of American Republics Affairs*) do Departamento de Estado dos EUA e a Comissão em Washington (JBUSDC), datada de julho de

¹⁸ **Opening the Archives:** US-Brazil relations. 1945-1949. Rolo nº 1492_22, p. 875-6. Tradução livre do original: “[...] 3. *Recommendation No. 16 charges the Joint Brazil-U.S. Military Commission in Rio with making recommendations to the Ministers of War, Navy and Aeronautics of Brazil, and to the War and Navy Departments of the United States, concerning United States equipment appropriate to Brazil’s needs; U. S. methods of organization, administration, supply and maintenance desired by Brazil, especially in the matter of instruction and training; measures appropriate to effective employment, by the Brazil armed forces, of U. S. equipment and methods; U. S. military personnel necessary to carry out these measures in Brazil; the Brazilian personnel to receive instructions in and/or with United States Army, Navy and air schools, centers. The Commission is also charged with making recommendations in regard to any other matters of military collaboration which may appear appropriate or which competent authority may refer to it. And the Commission is required to assist in the execution of the approved recommendations, in the manner mutually agreeable to the Brazilian War, Navy and Air Ministries, and to the United States War and Navy Departments.*

4. *Recommendation No. 16 designates the Joint Brazil U. S. Military Commission in Rio as the Brazil-United States agency to examine matters affecting Hemisphere Defense, when requested to do so by competent authority. And the Recommendation indicates the Joint Brazil-U. S. Military Commission in Rio as the only Brazil-United States joint agency competent to effect military collaboration between the two countries. [...]*”

1946, sugeria que o Departamento de Estado tivesse um representante na Comissão com status de membro regular, assim como ocorria em outras comissões conjuntas (a documentação cita os exemplos de México e Canadá). Na exposição de motivos, o Departamento de Estado relembra os termos dos acordos de 1942 que criaram as duas comissões, deixando a comissão do Rio responsável pelo treinamento das tropas enquanto a de Washington elaboraria os planos para a defesa conjunta do hemisfério.¹⁹

Após algumas negociações, ficou acordado que o Departamento de Estado deixaria os membros da Comissão do Rio sob responsabilidade direta do Embaixador americano no Brasil, enquanto a Comissão de Washington seria assistida por um membro do Departamento de Estado com status de observador autônomo, já que “A representação por um observador permitiria revisões subseqüentes de qualquer decisão da Comissão, e não significaria nenhum comprometimento *a priori* pelo Departamento com nenhuma ação tomada pelo grupo”. A este membro seriam concedidas cópias das minutas das reuniões da Comissão, cópias da agenda a ser discutida com antecedência e este seria mantido integralmente informado das negociações antes de tomarem qualquer ação. A proposta foi aceita pela Comissão de Washington, que recomendou que um membro do corpo diplomático brasileiro também fosse designado para a função, sob o mesmo status do membro do Departamento.

A JBUSMC permaneceria, portanto, ativa nos anos do pós-guerra, abrigando dezenas de oficiais em serviços administrativos ou com altas funções, conforme demonstra um relatório de 23 páginas, enviado para o Departamento de Estado em janeiro de 1946²⁰. O relatório continha informações como o nome, endereço e telefone de todo o pessoal do serviço externo americano e militares em missão no Brasil, além de suas funções exercidas. O ano de 1946 parece ter sido de intensa reorganização administrativa e institucional na JBUSMC, com a redistribuição de funções entre as seções do Exército e da Marinha e a elaboração de um novo organograma da hierarquia administrativa da Comissão²¹, ajustes nos espaços físicos ocupados pela

¹⁹ **Opening the Archives:** US-Brazil relations. 1945-1949. Rolo nº 1492_22, p. 1030-1037.

²⁰ **Opening the Archives:** US-Brazil relations. 1945-1949. Rolo nº 1492_22, p. 1315-1339.

²¹ **Opening the Archives:** US-Brazil relations. 1945-1949. Rolo nº 1492_22, p. 1349-1354 e 1385.

Comissão²² e, no início de 1947, mudanças na linha de comando do serviço administrativo²³.

Ainda que incorporadas ao controle mais direto do serviço externo civil, as comissões continuaram servindo como ponto de contato e troca de ideias, influências e experiências entre os militares dos dois países. A documentação referente à apresentação e transferência de membros entre as duas comissões é abundante.²⁴ Quando um oficial americano era designado para servir como membro efetivo ou como auxiliar da Comissão no Rio, uma carta de recomendação anexada de um resumo biográfico e profissional do membro indicado era encaminhada pelo Departamento de Estado à Embaixada dos EUA no Brasil. O Departamento de Estado também solicitava ao governo brasileiro que fosse pago ao oficial designado uma remuneração extra, cujo valor girava em torno dos 3 mil dólares anuais. O governo brasileiro invariavelmente aceitava tais requisições.²⁵

Frequentemente ocorriam problemas e desencontros de comunicações entre as Comissões, seus oficiais responsáveis e os outros setores do serviço externo americano, causando atritos entre os funcionários civis da Embaixada e os oficiais militares. No entanto, um problema inesperado parece ter contribuído para a reorganização e formalização da presença dos oficiais americanos no Brasil.

Em 14 de dezembro de 1946, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovava por aclamação uma resolução sobre os “Princípios a Governarem a Regulação Geral e Redução de Armamentos” (*Principles Governing the General Regulation and Redution of Armaments*) – resolução “A/267”. A resolução recomendava a todos os países-membros a remoção imediata de forças militares estacionadas em território de outros países-membros sem seu consenso livre e publicamente expresso através de tratados e acordos reconhecidos. O serviço externo americano chegou à conclusão de que os membros das Comissões Conjuntas seriam diretamente afetados, pois sua permanência era baseada no acordo político-militar de

²² **Opening the Archives:** US-Brazil relations. 1945-1949. Rolo nº 1492_22, p. 1374-1378.

²³ **Opening the Archives:** US-Brazil relations. 1945-1949. Rolo nº 1492_22, p. 1401.

²⁴ **Opening the Archives:** US-Brazil relations. 1945-1949. Rolo nº 1492_22, p. 873, 1038-1044, 1050-1070, 1045-1049, 1071-1078, 1079-1081, 1082-1090, 1093-1095, 1136-1143, 1230-1248, 1251-1259, 1275-1312, 1313-1314, 1340-1348, 1355-1357, 1358-1359, 1366-1370, 1386-1398, 1420-1429, 1433-1439, 1440-1459, 1461-1462, 1469-1473, 1535-1540, 1553-1558.

²⁵ **Opening the Archives:** US-Brazil relations. 1945-1949. Rolo nº 1492_22, p. 1268-1269, 1379, 1430-1432, 1499-1510, 1524-1529, 1518-1523, 1530-1534, 1541-1544.

1942, ainda em status secreto. Assim, uma série de instruções são enviadas e começam as negociações para que a presença de oficiais militares em missões nos dois países fosse regularizada.²⁶ Tais ajustes se dão ao longo do ano de 1947, e resultam em uma relativa estabilização nos movimentos de intercâmbio de oficiais, já que são elaborados procedimentos e documentos padrões, adotados por ambos os países, para efetuar as transferências de oficiais. Ambos os governos declaram publicamente seu consentimento quanto à permanência das tropas, o que indica a grande possibilidade de que a documentação referente às transferências de oficiais ainda exista em outros arquivos.

Imbuída de um novo status nas relações militares entre Brasil e Estados Unidos para os tempos de paz, a JBUSMC passou a se concentrar em temas mais caros e urgentes a estas relações no novo cenário mundial. Entre os principais temas discutidos entre a Comissão e o serviço externo americano no período pós-guerra mencionamos as recomendações para revisão do acordo político-militar de 1942²⁷, considerado obsoleto por envolver auxílio militar ao Brasil contra países do próprio continente, na contramão do cenário real do pós-guerra. A julgar pela documentação disponível, a renegociação e revisão do tratado não foi concluída pelo menos até 1949, período final de nosso conjunto documental.

Em 1948, a JBUSMC articula, através do serviço externo americano, um acordo para uma nova Missão Militar Americana no Brasil, que incluía, além da visita de oficiais americanos às bases e instalações militares brasileiras, e treinamento de tropas brasileiras, a criação de uma instituição de ensino militar aos moldes do *National War College* americano, concentrado em cursos de Estado-Maior.²⁸ A proposta é o embrião da futura Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949 (FERRAZ, 1997, p. 11). Através da embaixada americana no Brasil foram designados os oficiais que serviriam nesta missão²⁹, inclusive oficiais da reserva do Exército americano, o que requeria um contrato especial com o governo brasileiro³⁰.

²⁶ **Opening the Archives:** US-Brazil relations. 1945-1949. Rolo nº 1492_22, p. 1096-1113, 1122-1129, 1130-1132, 1406-1419.

²⁷ **Opening the Archives:** US-Brazil relations. 1945-1949. Rolo 1492_22, p. 1004, 1008-1011, 1013-1025, 1091-1092, 1144-1177, 1182-1202, 1206-1223, 1228-1229, 1249-1250, 1267, 1545, 1559-1560.

²⁸ **Opening the Archives:** US-Brazil relations. 1945-1949. Rolo 1492_23, p. 203-220 e 222-266.

²⁹ **Opening the Archives:** US-Brazil relations. 1945-1949. Rolo 1492_22, p. 1460, 1463-1468, 1474-1480, 1481-1490, 1491-1495, 1511-1515, 1524-1529, 1516-1517, 1551-1552.

³⁰ **Opening the Archives:** US-Brazil relations. 1945-1949. Rolo 1492_22, p. 1440-1459.

Finalmente, a Comissão e o serviço externo americano se encarregaram de promover visitas de oficiais brasileiros aos Estados Unidos, e vice-versa, ao longo de todo o período de 1945-49.³¹ Além de visitas de reconhecimento em instalações e bases militares, os oficiais americanos também eram convidados para treinar, ministrar cursos ou mesmo receberem homenagens pelo governo brasileiro. Toda esta documentação demonstra um intercâmbio constante entre setores do alto oficialato brasileiro e seus homônimos americanos.

Buscamos demonstrar que, no âmbito da política externa, as relações militares entre Brasil e Estados Unidos continuaram ativas nos anos imediatamente posteriores à Segunda Guerra Mundial, ainda que sob padrões e objetivos diferentes dos anos anteriores. Com isto, podemos inferir que o intercâmbio entre as Forças dos dois países pode ter tido impactos internamente. Resta agora passarmos para o âmbito da política interna, verificando o papel das Forças Armadas brasileiras na política nacional e quais as possíveis influências e características que podemos levantar sobre esta atuação advindas da aproximação com os Estados Unidos.

³¹ **Opening the Archives:** US-Brazil relations. 1945-1949. Rolo 1492_22, p. 1027, 1029, 1178-1181, 1260-1261, 1380-1382, 1383-1384 e Rolo nº 1492-23, p. 11-16, 24-28, 37-38, 51-54, 58-59, 62-63, 64, 71-72, 77-78, 80-82, 90-92, 65-70, 73-76, 79, 84-89, 93, 267-269, 270, 271-274, 275, 276-279, 280, 281-284, 285, 286-290, 291-292.

2 A POLÍTICA INTERNA BRASILEIRA: O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS

Internamente ao Brasil, o contexto pós-Segunda Guerra Mundial coincidiu com o fim do regime do Estado Novo (1937-1945), a realização de eleições para presidente e Congresso e a promulgação de uma nova Constituição (1946). É neste cenário “ineditamente democrático” para o Brasil que o serviço externo americano construirá as bases de seu relacionamento militar com o país sul-americano para os anos seguintes, definindo seus objetivos técnicos, estratégicos e ideológicos. Faz-se necessário, no entanto, uma análise mais detalhada sobre o papel da política nas Forças Armadas e das Forças Armadas na política em nosso país.

2.1 FORÇAS ARMADAS NA POLÍTICA E POLÍTICA NAS FORÇAS ARMADAS: DEBATES E INTERPRETAÇÕES

O tema das relações entre as Forças Armadas e a política no Brasil tem sido objeto de análise de diversos pesquisadores brasileiros em História e Ciências Sociais. Para ficar apenas na produção bibliográfica mais recente e notória sobre o tema, a mais recente edição da obra de José Murilo de Carvalho – “Forças Armadas e política no Brasil” -, lançada originalmente em 2005 e reeditada em julho de 2019, aproveita a demanda atual pela compreensão do papel dos militares na política nacional para reunir capítulos, ensaios e artigos publicados ao longo da profícua trajetória intelectual do cientista político e historiador mineiro. Já em termos de produções inéditas, Jefferson Rodrigues Barbosa, Leandro Pereira Gonçalves, Marly de Almeida Gomes Vianna e Paulo Ribeiro da Cunha organizaram e publicaram, em 2018, o volume “Militares e política no Brasil”, reunindo diversos autores e estudiosos sobre o tema, abordando as relações entre política e Forças Armadas no Brasil, a partir de perspectivas teóricas, temporalidades e temáticas diversas. Certamente a conjuntura política brasileira (e latino-americana) atual ensejará ainda mais publicações e pesquisas sobre o tema, avançando na compreensão das relações entre Forças Armadas e política no continente.

Quanto às concepções vigentes sobre as relações entre o aparelho militar e as esferas mais amplas da sociedade e do Estado, podemos dividi-las entre dois

grupos principais: as que dão ênfase ao caráter *instrumental* ou ao caráter *organizacional* destas relações. A concepção instrumental vincula a atuação política das Forças Armadas aos interesses de classes ou grupos sociais, considerando a origem social dos militares como determinantes na explicação do comportamento político da instituição. Já a concepção organizacional enfatiza que são as características internas das instituições militares, seus interesses e necessidades estritamente institucionais e o distanciamento dos influxos sociais que constituem a base para seu papel intervencionista – tais interesses estariam ligados principalmente à sobrevivência e construção de uma identidade própria da organização. (SOARES, 2006, p. 24-7)

A historiografia posterior à década de 1990 trabalhou no sentido de aproximar, reelaborar e avançar no emprego das duas concepções, incorporando conceitos como o de *partidos militares* e *elites orgânicas* e mesmo conciliando as contribuições das duas concepções (FERRAZ, 1997; SOARES, 2006). Certamente o aprofundamento do debate teórico sobre o tema contribui grandemente para o refinamento de sua compreensão. No entanto, devido às limitações do presente trabalho, permaneceremos restritos à concepção organizacional das relações entre política e Forças Armadas no Brasil. Desta forma, buscaremos apontar os limites e possibilidades desta concepção quando aliada às interpretações sobre História das Relações Internacionais.

A concepção organizacional é a adotada por José Murilo de Carvalho (2019) e tem como uma de suas principais referências a obra de Edmundo Campos Coelho (2000). Partindo do questionamento às premissas da concepção instrumental, Coelho propõe que três processos conexos marcam a evolução histórica do Exército – arma sobre a qual sua análise se concentra -, sendo eles: “1) o peso crescente de interesses e necessidades próprios da organização como fatores de seu comportamento político; 2) a aquisição de graus mais elevados de autonomia com relação à sociedade; e 3) o progressivo fechamento a influxos da sociedade civil” (2000, p. 41). Desta forma, o enfoque sobre as Forças Armadas entendidas como *organização* e suas relações com o ambiente externo fornecem as chaves teóricas para a análise histórica do tema.

Coelho (2000) reconstrói a trajetória da instituição armada na sociedade brasileira desde a Independência (1822) até o Regime Militar (1964) demonstrando como a hostilidade e marginalização do Exército ao longo do Império contribuíram

para a sua progressiva individualização, diferenciação e aquisição de identidade com relação à sociedade. Durante a República, multiplicaram-se os debates e questionamentos quanto ao papel do Exército na sociedade brasileira, e é durante o Estado Novo (1937-1945) que a doutrina militar se funde com a organização da sociedade civil. A partir da “política do Exército”, enunciada pelo General Góes Monteiro e que exporemos mais adiante, o nacionalismo econômico e a repressão às oposições internas deram a tônica da atividade política da instituição militar. Assim, atinge-se o que o autor denomina de “solidariedade militar”, designando uma coesão de propósitos entre os oficiais, espécie de consenso mínimo sobre a finalidade do Exército, seu papel na sociedade e suas relações com o setor civil. O anticomunismo e a consciência da necessidade de preservar o prestígio e a autoridade do Alto Comando (Estado Maior, Ministro da Guerra e Comandantes) sobre os membros individuais seriam os elementos vitais desta solidariedade.

Complementando a compreensão do aspecto da “solidariedade militar”, Paulo Ribeiro da Cunha (2018, p. 21-66) apresenta uma análise panorâmica sobre “os militares na política ou política entre os militares”, apontando que a ação política dos militares é historicamente pautada pela questão da hierarquia e da disciplina. O autor descarta, de início, que a política esteve ausente internamente nas Forças Armadas e sua história, mas sinaliza que, no caso da instituição militar, este aspecto é atravessado pela polêmica questão da hierarquia e da disciplina. Assim, historicamente, as Forças Armadas não constituem um bloco monolítico, e também são marcadas por um virulento anticomunismo, em especial na agenda política e militar dos anos da Guerra Fria:

A rigor, esse pressuposto seria recolocado com ênfase na agenda política e militar nos anos da Guerra Fria, subsidiando concepções golpistas, refratárias a qualquer diálogo, e nessa linha de argumentação contemporânea sobre os militares e a política que se fizeram e fazem presentes contraditoriamente nesse quesito – a hierarquia, a disciplina e o anticomunismo – abortou qualquer possibilidade de diálogo democrático entre as várias facções ao longo da história republicana; agravado pela reemergência de novos atores militares – praças, marinheiros e mesmo policiais, inclusos policiais de esquerda – cujo epílogo contribuirá para o golpe de 1964. Além disso, esse pressuposto do comunismo não será abolido, muito ao contrário, será realimentado ao longo da ditadura em várias ocasiões, mesmo nos últimos anos, desta feita com pequenos grupos em moribundas organizações da extrema-direita e também, mais recentemente, no Clube Militar. (CUNHA, 2018, p. 24-5)

Munidos dos aspectos teóricos levantados anteriormente, procederemos a um breve histórico da atuação política *da e nas* Forças Armadas ao longo do período

republicano brasileiro, enfatizando as particularidades do momento que constitui o foco deste trabalho: os anos imediatamente posteriores à Segunda Guerra Mundial, sob um novo regime político democrático e contando com um General do Exército como presidente eleito.

2.2 FORÇAS ARMADAS E POLÍTICA NO BRASIL REPUBLICANO

2.2.1 Os Antecedentes: Império e Primeira República

A análise mais detalhada do papel político das Forças Armadas – ou da política nas Forças Armadas – durante a série de eventos que culminaram no fim do sistema monárquico de governo e a proclamação da República no Brasil, em 1889, embora indispensável para a compreensão das relações entre Forças Armadas, política e sociedade na história brasileira como um todo, fugiria às propostas restritas deste trabalho. No entanto, mostra-se incontornável a breve menção a este período para encetar a análise mais aprofundada do período republicano.

Conforme aponta Coelho (2000, p. 49-73), a relação de hostilidade por parte da elite civil com o Exército marcou o período imperial. Receava-se que um Exército fortalecido, respondendo diretamente ao poder Executivo, poderia ser usado como força bruta contra o Parlamento. Assim, ao longo do período imperial, as elites civis sucessivamente reduziram o prestígio do Exército, através da criação da Guarda Nacional (1831-1922) – subordinada aos presidentes de província – da redução dos recursos humanos e materiais destinados ao Exército e de seu desprestígio frente às massas sociais. É só no período do auge da “Questão Militar” (1884) – desenvolvida no período posterior à Guerra do Paraguai (1864-70), quando os militares do Exército expressaram sua insatisfação com sua marginalização como instituição – que o Exército passa a expressar suas frustrações mais abertamente, surgindo clivagens em seu interior opondo os oficiais mais ligados ao Império, como o Marechal Deodoro da Fonseca, aos oficiais “científicos”, como Benjamin Constant, defensores da tese do “soldado-cidadão” “[...] a partir da qual reivindicam o direito de livre manifestação do pensamento e da crítica, assim como uma concepção de disciplina militar que fosse

‘inteligente e pensante’” (COELHO, 2000, p. 71), vista pelos imperiais como afrontosa à disciplina e hierarquia.

Ainda assim, o sentimento de humilhação do Exército serviu à união entre suas correntes, e o movimento que proclamou a República pôde contar com o compromisso entre forças antagônicas dentro do Exército. Somado a isto, Coelho (2000, p. 72-3) também atribui à “quebra de insulamento” da liderança do Exército, expressa na facilidade de acesso dos subalternos aos líderes Deodoro e Constant, a produção da organização de massa que o Exército viria a se tornar na República, estando “na base das sucessivas sedições militares” (p. 73) do período.

Assim, nos anos da Primeira República (1889-1930), o Exército dá seus primeiros passos no rompimento dos vínculos com a sociedade civil e na aquisição de uma identidade própria como organização (COELHO, 2000, p. 79). O período é marcado por grande instabilidade na caserna, contando com grande número de revoltas militares – segundo Cunha (2018), um reflexo da falta de profissionalização e das condições precárias vividas pelas tropas. Esta “degeneração do Exército como organização” é expressada pela cooptação de seus altos escalões pela elite civil e pela progressiva redução de seus orçamentos (COELHO, 2000, p. 80-2).

A situação dos anos iniciais da República só começaria a ser revertida com a atuação de um grupo de oficiais que, entre os anos de 1906 e 1912, estagiaram no Exército alemão – um dos mais modernos da época – trazendo para as Forças Armadas brasileiras um esforço de modernização organizacional e profissionalização de seus quadros. Os “Jovens Turcos”³², como ficaram conhecidos, introduziram mudanças no treinamento militar, fundando a revista “Defesa Nacional” (1910), através da qual difundiam publicações defendendo o ensino militar mais técnico, e buscaram fazer valer a lei do sorteio militar – promulgada em 1908 mas nunca posta efetivamente em prática. Assim, com a atuação dos “turcos”:

O Exército podia agora contar com abundante e qualificado material humano, modernizar e sistematizar o treinamento, preparar reservas, promover a educação cívica, como queriam Hermes, os turcos e Bilac. Podia, finalmente, reduzir a distância que o separava da elite civil. Só então, de posse do monopólio do serviço militar, é que ele começou a se tornar uma organização verdadeiramente nacional. (CARVALHO, 2019, p. 44)

³² Em referência irônica aos jovens militares que, buscando reformar o Império Otomano, foram vitoriosos na Revolução dos Jovens Turcos (1908) – entre eles estava Mustafá Kemal Atatürk, considerado fundador da atual República da Turquia.

A recepção das inovações pregadas pelos Jovens Turcos entre a oficialidade foi mista, com adesões diretas e algumas desconfianças. No entanto, as propostas nunca avançaram além do teor profissionalizante – antes, defendiam os valores de neutralidade e apolitismo na tropa. (COELHO, 2000, p. 92-6).

No início da década de 1920, os impactos da Primeira Guerra Mundial na organização das Forças Armadas e o trabalho de profissionalização e modernização iniciados pelos “turcos” foram ampliados com a atuação da Missão Militar Francesa. Com um papel de consultora e ensino de caráter mais técnico, a Missão promove cursos de aperfeiçoamento de oficiais, de Estado-Maior e de Revisão de Estado-Maior. Segundo Carvalho (2019, p. 50-1), ao focar na formação da alta oficialidade, a Missão foi vital para a construção de uma nova visão de defesa nacional e na produção de mais centralização e coesão nas Forças Armadas, reduzindo as possibilidades de quebras na hierarquia.

A mudança permitiu ainda uma extraordinária expansão da noção do escopo do papel do Exército. A nova concepção de defesa abrangia todas as dimensões relevantes da vida nacional, desde a preparação militar propriamente dita até o desenvolvimento de indústrias estratégicas como a siderurgia. É significativo que já em 1927, por influência da Missão, foi criado o Conselho de Defesa Nacional, cujo objetivo era planejar a mobilização nacional para a defesa, incluindo aspectos psicológicos e econômicos. (CARVALHO, 2019, p. 51)

Ainda assim, subsistiam entre oficiais algumas tensões e discordâncias quanto ao papel político das Forças Armadas. No caso do Exército, Coelho (2000, p. 98) defende que a partir da década de 1920 há um “processo de diferenciação de lideranças e hostilidades mútuas” entre os oficiais que defendiam uma visão apolítica do Exército e os tenentes e oficiais subalternos que testariam os limites da hierarquia e da subversão nos movimentos tenentistas, motivados por questões políticas ou profissionais. Desta forma, nos conturbados anos 1920, multiplicaram-se os conflitos e tensões entre a baixa e a alta oficialidade, e destes últimos entre si mesmos. Carvalho (2019, p. 62-9) identifica três ideologias de intervenção militar na política em disputa no período: 1) a ideologia do “soldado-cidadão”, ou da intervenção reformista, desenvolvida durante a Questão Militar e que refletia o sentimento de marginalidade e ressentimento da classe militar; 2) a ideologia do “soldado profissional”, ou da não intervenção, promovida pelos Jovens Turcos e pela Missão Militar Francesa, pregava a profissionalização e o afastamento dos militares da política e dos cargos públicos e promovia a ideia do Exército como um órgão nacional, dedicado à preparação da

defesa e o combate à indisciplina; e 3) a ideologia do “soldado-corporação”, ou da intervenção moderadora, que partia das concepções dos “turcos” sobre a necessidade de preparação profissional das Forças Armadas, mas admitia abertamente a intervenção controladora/moderadora do Exército na política a partir da cúpula (Estado-Maior).

A ideia da intervenção moderadora foi enunciada inicialmente pelo general Bertholdo Klinger, um dos “Jovens Turcos”, e serviu para a legitimação do “Movimento Pacificador” de 1930, quando os altos escalões do Exército e da Marinha forçaram a renúncia do presidente Washington Luís, entregando em seguida o poder aos “revolucionários de 1930”, capitaneados por Getúlio Vargas. O Movimento é descrito por Carvalho (2019, p. 80-1) como a primeira tomada do poder pelos militares planejada e executada pelos altos escalões das duas forças:

O Movimento Pacificador foi o primeiro ensaio de um Exército mais poderoso e organizado no sentido de atuar com maior independência no cenário político. A solidez hierárquica seria o pré-requisito para a nova orientação e sua consequência seria o conservadorismo social das intervenções. (CARVALHO, 2019, p. 81)

Assim, ao longo da Primeira República, o Exército exerceu um papel de “poder desestabilizador” e encetou uma luta intensa para se tornar uma organização nacional capaz de planejar e executar a política de defesa nacional – luta que se desenvolveu em termos operacionais, através da implantação do alistamento universal e do sorteio, do crescimento e distribuição de efetivos, seu treinamento e estruturação interna, e institucionais, com a centralização de seu processo decisório interno, permitindo maior clareza na formulação de seus objetivos. O processo de urbanização e industrialização vividos pelo Brasil no momento também contribuiu para reduzir a influência política e econômica das oligarquias rurais e aumentar as bases de sustentação das Forças Armadas na sociedade civil, como as ligas autônomas em defesa da instituição militar, e a comunidade de interesses com a burguesia industrial emergente e a tecnocracia estatal, visando ao desenvolvimento da indústria de base nacional. Os fatores organizacionais serviram, assim, como impulso para a mudança no conceito de defesa nacional a partir de dentro da organização. (CARVALHO, 2019, p. 94)

2.2.2 A Era Vargas: Identificação Exército-Estado

A atuação das Forças Armadas no movimento de 1930, apesar de seu papel fundamental como avalistas da mudança de regime, não significou sua consolidação como força independente, acima dos grupos políticos, uma vez que precisou fazer concessões aos grupos políticos civis que assumiram o governo. No entanto, com o progressivo avanço da política nacional em direção a um regime centralizador, autoritário e promotor de uma “modernização conservadora”, as Forças Armadas se encaminharam para uma identificação direta da instituição com o Estado.

Logo após a revolução de 1930, o Exército era uma organização fragmentada, entremeada por divisões internas e conflitos externos, entre militares e lideranças civis. Multiplicaram-se as conspirações de generais, rebeliões de praças e manifestações de oficiais subalternos, colocando em risco os princípios da hierarquia e da disciplina. Segundo Carvalho (2019, p. 110), imperava, no seio das Forças Armadas, “[...] uma divisão horizontal [estrutural], separando praças de oficiais, e outra vertical [ideológica], separando os intervencionistas dos neutralistas” – esta divisão ideológica se referia ao modelo da relação Exército-política.

Os oficiais contrários às intervenções políticas por parte das Forças Armadas eram inspirados pelos ensinamentos da Missão Francesa e dos Jovens Turcos. Os oficiais favoráveis a um intervencionismo reformista mesclavam a influência das ideias positivistas com sua reapropriação feita pelos tenentistas. Outra corrente, mais à esquerda, tendia para o modelo de Exército popular, conforme o consolidado na União Soviética. Segundo Carvalho (2019, p. 112), as circunstâncias políticas do momento tornavam utópicas as posições neutralistas e as defensoras do Exército popular. Assim:

[...] fortaleceu-se aos poucos uma terceira concepção das relações do Exército com a política, a que chamamos [...] de intervencionismo controlador. Ela se concretizou graças a uma aliança dos profissionalizantes com os intervencionistas, aceitando os primeiros a intervenção, e concordando os segundos em mudar os métodos e os conteúdos da intervenção. A transformação foi progressiva e teve como marcos principais a Revolução Constitucionalista de 1932, as revoltas de 1935 e 1937. (CARVALHO, 2019, p. 112, grifo nosso)

Em termos ideológicos, este “intervencionismo controlador” teve como base a ideia do “soldado-corporação”, que mencionamos anteriormente.

Carvalho (2019, p. 112-7) descreve que o fortalecimento da política de “intervencionismo controlador” se deu em meio a um movimento de “abertura da sociedade ao Exército e fechamento do Exército à sociedade”. A abertura se deu através da ampliação do recrutamento e da efetivação do sorteio militar, a partir de 1918, que fortaleceu os fluxos de entrada e saída de pessoas entre o Exército e a sociedade. Esta abertura contribuiu para a modernização do Exército, na medida em que as guerras modernas exigiam a mobilização da nação inteira, além do evidente sentido político de influenciar ideologicamente a população, visando transformar valores sociais de forma a serem compatíveis com a defesa nacional, como o combate ao comunismo.

Por outro lado, há um movimento de progressivo fechamento do Exército à sociedade, reforçando seu isolamento das pressões sociais, dificultando as promoções de praças e ligando o recrutamento de oficiais a questões sociais, morais e políticas. Também se valia de mecanismos internos, como a homogeneização ideológica pela educação política, anticomunista e contrária à participação em organizações político-partidárias.

Desta forma, entre 1930 e 1937, uma proposta de mudança na estrutura interna da organização militar e em suas relações com o Estado e a sociedade em geral começa a se tornar hegemônica no interior das Forças Armadas, tendo como marcos os eventos de 1932 (Revolução Constitucionalista), 1935 (“Intentona” Comunista) e 1937 (golpe do Estado Novo), conforme destacado. Após a derrota das forças constitucionalistas, em 1932, a cúpula militar se renova quase totalmente, e as figuras dos generais Pedro Aurélio de Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra tornam-se predominantes na condução da política militar. É através de Góes Monteiro que esta mudança será enunciada de forma mais clara, propondo uma atuação política dos militares em bloco, no que chamou de política *do* Exército:

No livro *A finalidade política do Exército*, escrito depois da revolução, Góis, ex-aluno da Missão Francesa e brilhante oficial de Estado-Maior, via o Exército como uma organização nacional que devia desenvolver política própria: ‘Ficam só o Exército e a Marinha como instituições nacionais, únicas forças com este caráter, e só à sombra delas é que, segundo a nossa capacidade de organização, poderão organizar-se as demais forças da nacionalidade’. E com mais clareza ainda: ‘Sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política *do* Exército e não a política *no* Exército’”. (CARVALHO, 2019, p. 68)

Cunha (2018, p. 27-8) vê também, na enunciação desta política, uma tentativa de reafirmar os valores da hierarquia e do comando no interior das Forças Armadas, fragmentadas desde a Revolução de 30:

A Doutrina [Góes Monteiro] norteou uma reconfiguração da instituição para uma nova identidade, procurando pavimentar uma cláusula de se deveria acabar com a política no Exército, e sim estabelecer a política do Exército, leia-se em última instância, a política seria uma exclusividade de manifestação da alta hierarquia através de seus comandantes. (CUNHA, 2018, p. 28)

Após o malfadado Levante Comunista de 1935, as Forças Armadas aprofundam seu sentimento anticomunista, e há um endurecimento da disciplina militar contra as atividades políticas de seus membros (CUNHA, 2018, p. 30-2). Neste momento, ganha força a concepção de que seria somente eliminando a política “do lado de fora” que esta seria eliminada no interior das Forças Armadas: estava aberto o caminho para a implementação do regime do Estado Novo, em 1937. Este viria a materializar a política do Exército, conforme concebida por Góes Monteiro.

A política do Exército não se referia a um projeto estritamente voltado à instituição militar, mas continha também propostas voltadas à política interna e defesa externa do Estado. A partir de um diagnóstico da situação social e política do país, Góes Monteiro enunciaria, em 1934, todo o projeto do intervencionismo controlador:

[...] ampla interferência estatal em todos os setores; ênfase na defesa externa e na segurança interna; preocupação com a eliminação do conflito social e político em torno da ideia nacional; industrialismo nacionalista; e a liderança das Forças Armadas, sobretudo do Exército, na condução das mudanças, a partir de uma posição hegemônica dentro do Estado. (CARVALHO, 2019, p. 141)

Apesar de a Primeira Guerra Mundial já ter servido de alerta às Forças Armadas de todo o globo que um exército preparado para as características da guerra mecanizada dependia do nível de industrialização de seu país, foi só a partir de 1930 que houve um envolvimento mais ativo dos militares brasileiros com os projetos industrialistas e o nacionalismo econômico. No contexto da “modernização conservadora”, promovida pelo governo Vargas, o desenvolvimento industrial, o pensamento autoritário e a política do Exército como instrumento da doutrina de defesa nacional convergiram. A política do Exército afirmaria o desenvolvimento industrial como instrumento da defesa nacional. (SILVA, 2018, p. 72-3)

Assim, segundo Ligia Osório da Silva (2018, p. 72-6), há uma transformação real no papel da organização militar nas políticas desenvolvimentistas e nacionalistas.

O Exército e a Marinha passariam a aprimorar a formação técnica de seus efetivos, e os oficiais superiores estariam cada vez mais presentes nos órgãos governamentais estratégicos de planejamento de infraestrutura, enfatizando principalmente a necessidade do desenvolvimento da siderurgia, da construção naval, da indústria bélica, da exploração do petróleo e outros recursos naturais e também das empresas privadas. O advento da Segunda Guerra Mundial só iria aprofundar os esforços pela industrialização militar e a autonomização das Forças Armadas frente à figura de Vargas:

Por trás da retórica da identificação Exército-Estado e da visão de ambos como expressão orgânica da nação, estava a realidade de um projeto que se caracterizava pela nacionalização da política, pelo industrialismo e pela ideologia de nova ordem não liberal, mas inequivocamente burguesa. [...] O projeto da intervenção controladora dos militares sem dúvida fugia do modelo de Exército burguês clássico. Mas o conteúdo concreto da intervenção, sobretudo em seus aspectos nacionalizantes, industrializantes e de contenção política, revelava-se compatível com a ordem burguesa industrial que se gestava no país, embora fosse a antítese do liberalismo político. (CARVALHO, 2019, p. 147-8)

Ao final do conflito mundial, o domínio político do Estado Novo estava desgastado, mas as Forças Armadas continuavam capazes da ação em bloco, graças à “solidariedade” lentamente forjada no interior da organização e ao enraizamento da política do Exército, baseados no desenvolvimento nacionalista e na repressão. Assim, as mesmas forças que garantiram o fechamento do regime político em 1937 agora (1945) forçaram sua abertura, exigindo a renúncia de Vargas. As motivações seriam apenas em partes semelhantes àsquelas de 1937: agora, eram as mobilizações de massa do “queremismo” e os discursos populistas do presidente Vargas, além das associações com o peronismo, que causavam o temor de novas ameaças à ordem social e política. (COELHO, 2000, p. 122-126)

2.2.3 O Período Democrático (1945-1964): Politização e Polarização

Com o fim do Estado Novo, a realização de eleições diretas para presidente e a promulgação de uma nova Constituição em 1946, tem início de um período considerado “ineditamente democrático” na história política brasileira. É neste momento que Paulo Ribeiro da Cunha (2018, p. 32-3) identifica uma continuidade da identificação Exército-Estado agora em um ambiente político democrático e polarizado

que dá abertura para um alto grau de politização no interior das Forças Armadas. Neste período, os desdobramentos do fim do Estado Novo e da 2ª Guerra Mundial e a configuração do quadro internacional da Guerra Fria darão a tônica dos debates internos às Forças Armadas e à sua avaliação quanto às suas relações com o Estado e a sociedade.

Inegavelmente, os militares continuavam presentes em posição central no campo político: o presidente eleito em 1945 era o general Eurico Gaspar Dutra, que disputou o pleito com o brigadeiro Eduardo Gomes; todas as eleições presidenciais subsequentes, até 1964, teriam pelo menos um candidato militar no pleito; além disso, no Congresso os militares tinham presença marcante, até mesmo entre os parlamentares eleitos pelo Partido Comunista. Os ventos democratizantes que se anunciavam desde a queda do Estado Novo e fim da 2ª Guerra, no entanto, não tardaram a retroceder.

Em 1947, conforme o mapa mundial da Guerra Fria se desenhava em cores mais marcantes, o Partido Comunista brasileiro perde seu registro e tem cassado os mandatos de seus parlamentares. Os desdobramentos da Revolução Chinesa e a consequente polarização ideológica da Guerra Fria reflete na polarização entre os próprios militares – estes, se raramente se assumiam abertamente comunistas, dividiam-se entre os de tendências “nacionalistas” e os “entreguistas” com relação aos rumos do desenvolvimento econômico nacional. Esta cisão se aprofundaria nos anos posteriores e está no âmago do processo político que culmina com o golpe de 1964. (CUNHA, 2018, p. 37-8)

Os debates entre as alas “nacionalista” e “entreguista” se expressaram através das eleições para o Clube Militar, em artigos publicados na imprensa e até mesmo em tentativas de movimentos golpistas. Entre 1944 e 1952, o Clube Militar foi “dominado” por um grupo de ativos oficiais nacionalistas, sendo presidido sucessivamente pelos generais José Pessoa (1944-1946), César Obino (1946-1950) e Estillac Leal (1950-1952). Durante este período, as publicações da Revista do Clube Militar estiveram centradas em campanhas nacionalistas, como a favor da nacionalização do petróleo e contrária à participação brasileira na Guerra da Coreia. Este último evento levou à uma reação por parte da ala “entreguista” dos oficiais, que assumiu a presidência do Clube em 1952 através da chamada “Cruzada Democrática”.

Este grupo mais conservador, mais favoráveis ao alinhamento e aproximação com os Estados Unidos, observou uma tendência ao seu crescimento na primeira década do pós-guerra. Segundo João Roberto Martins Filho (2003, p. 105), o papel dos militares como avalistas da deposição de Getúlio Vargas como ditador do Estado Novo e da transição democrática demonstra uma tendência, durante a década de 1945 a 1955, de uma atuação política das Forças Armadas menos centradas em personalidades e mais voltada para uma intervenção orgânica: “A partir de 1947, o advento da guerra fria inauguraria uma fase em que o grupo militar conservador começaria a se preocupar com as perspectivas de uma intervenção mais orgânica dos militares na política”. (MARTINS FILHO, 2003, p. 106)

A fundação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949, reforçaria e demonstraria a capacidade autônoma desses militares para produzir e refinar ideias e ideologias, criando laços entre as elites militares e civis contra o “comunismo”. A ESG seria parte dos esforços de uma elite militar consciente da necessidade das Forças Armadas alcançarem uma unidade institucional através dos altos estudos sociais, políticos e econômicos centrados em torno de questões como a segurança e a defesa nacional e a mobilização total da sociedade contra os problemas internos do país e pelo seu desenvolvimento. Reforçar-se-iam, então, os vínculos entre os objetivos de desenvolvimento da nação aos objetivos de segurança nacional, conforme enunciados e propostos pelos Estados Unidos para o hemisfério ocidental. As Forças Armadas, além de seu papel de defesa global, também deveriam se ocupar das questões internas ao país: o desenvolvimento econômico e o combate à subversão. (MARTINS FILHO, 2003, p. 108)

Portanto, as Forças Armadas continuavam parte integrante e indissociável do poder desde 1930, e após 1945 não dependeriam mais dos poderes civis para definir seus inimigos, doutrinas e objetivos de unidade institucional e de influência direta nos rumos do país. A partir deste momento, destaca-se principalmente a atuação de um grupo mais à direita nos movimentos políticos que afrontavam a hierarquia e a disciplina, mas estes eram mais facilmente anistiados e reincorporados à tropa:

Alguns autores sustentam a tese de que em vários momentos, entre 1945 e 1964, o Exército atuou como partido militar, mas o pressuposto da doutrina Góes já estava erodido desde o início em razão das políticas partidárias, ou através de lideranças militares e civis, resultando inclusive em manifestações políticas contundentes como o famoso Memorial dos Coronéis. Chama atenção mais um dado: não se pode contabilizar como indisciplina somente relacionada a um corpo de armas, ou a baixas patentes, à medida que,

reajustando o foco, havia uma indisciplina militar mais consequente e atuante pela direita militar. (CUNHA, 2018, p. 37)

Cunha conclui que “os militares foram historicamente desafiados no argumento da legitimidade de uma ação política, travestida como expressão de legalidade desde o início do século XX; e a hierarquia, igualmente desafiada com a emergência de movimentos de jovens oficiais, praças e marinheiros na busca de espaço na construção da nação” (CUNHA, 2018, p. 60). Portanto, no período democrático de 1945-64 as relações entre os militares e a política são pautadas, além das conjunturas internas e internacionais, nos fundamentos militares da hierarquia e da disciplina. Conforme conclui Lígia Osório da Silva:

Os anos que decorreram entre a redemocratização de 1945 e o golpe de 1964 contêm preciosos ensinamentos sobre a vida republicana, as Forças Armadas, a luta ideológica e o processo de industrialização nos países atrasados. [...] o embate se deu em torno de distintas estratégias de desenvolvimento e distintos projetos nacionais. Os militares apoiaram, a partir de 1930 um projeto de desenvolvimento nacional baseado na industrialização, no fortalecimento do Estado e na exclusão das massas populares das decisões políticas. [...] o pensamento ‘autoritário’ não desapareceu junto com o Estado Novo – aliás, basta pensar em como acabou o Estado Novo para concordar com essa afirmação. Nos anos 1950 e 1960 ele ressurgiu revigorado, subordinando a política à teoria da Segurança Nacional. A semente tinha sido plantada já nas reformas de Góes Monteiro: transformar o projeto do Exército em projeto nacional e o corpo de oficiais num corpo tecnocrático, o mais longe possível do modelo de oficial desenhado por Benjamin Constant.” (SILVA, 2018, p. 100-1)

Desta forma, após a exposição da trajetória das relações entre Forças Armadas e política no Brasil, ressaltamos que o período selecionado neste trabalho (1944-1949) é extremamente rico para a compreensão das transformações que parecem ter colocado as Forças Armadas como a instituição nacional por excelência, em processo que culminará em sua “conquista do Estado”, em 1964. Resta agora aprofundar esta investigação focando nas relações das Forças Armadas nacionais com suas homônimas americanas, desvendando as possíveis influências advindas dessa relação e suas possibilidades para a pesquisa.

2.3 FORÇAS ARMADAS E POLÍTICA NO BRASIL: A ÓTICA AMERICANA

Conforme demonstramos no capítulo anterior, as relações entre as Forças Armadas brasileiras e suas homônimas americanas mantiveram-se constantes nos anos imediatamente posteriores à Segunda Guerra Mundial, ainda que em escala e

intensidade menores do que nos anos do conflito e sob condução e supervisão do serviço externo civil. Além das tratativas de caráter mais técnico e estratégico, as relações militares entre os dois países também perpassaram temas políticos sensíveis à classe militar brasileira e aos interesses americanos no continente. À luz das análises anteriores sobre as relações militares entre Brasil e Estados Unidos e o papel político da instituição militar brasileira, procedamos à análise das informações fornecidas pela documentação diplomática produzida no período.

O que a documentação diplomática demonstra é, antes de tudo, um cuidado com a importância das Forças Armadas brasileiras para a consolidação de projetos políticos favoráveis aos interesses dos Estados Unidos no hemisfério.

As festividades que marcaram o retorno vitorioso da FEB e da FAB dos campos de batalha na Europa serviram para reforçar os laços e criar boas expectativas nas relações militares entre Brasil e Estados Unidos. Durante o ano de 1945, os informes e comunicados da embaixada americana no Brasil se enchem de notícias sobre o retorno da FEB e o clima de parceria que reinava nas relações entre os dois países.³³ Esses informes eram compostos por extensos volumes de recortes de jornais e editoriais laudatórios da imprensa brasileira, contendo informações sobre a recepção das tropas brasileiras vitoriosas em seu retorno ao país. A imprensa brasileira também se preocupava com a forma como os esforços de guerra da nação estavam sendo tratados na imprensa americana, e reproduziam comentários laudatórios, retransmitidos pela Embaixada. Esta também se manteve atenta em observar os oficiais que recebiam maiores louvores por parte dos brasileiros, como o general Mascarenhas de Moraes.

Nessas documentações, os responsáveis pela comunicação não emitiam suas opiniões, mas deixavam as notícias “falarem por si só”, como forma de demonstrar o clima de otimismo reinante na sociedade brasileira em relação às relações militares com os Estados Unidos. No entanto, o retorno da FEB ao Brasil também abriu oportunidades para que oficiais estrangeiros, especialmente americanos, fizessem visitas ao Brasil e auferissem o clima de cordialidade dos

³³ **Opening the Archives:** US-Brazil relations. 1945-1949. Rolo nº 1492_22, p. 648-677, 677-679, 681-713, 725-733, 738-754, 755-765, 766-768, 769-795, 798-839, 841-864.

brasileiros³⁴ - ressaltamos especialmente a recepção festiva dada ao general Mark Clark, comandante do V Exército dos Estados Unidos, sob o qual a FEB esteve submetida durante a sua campanha na Europa – e é na documentação sobre essas visitas que os objetivos de aproximação são enunciados com mais clareza.

Em agosto de 1945, o Cônsul-Geral americano, do Consulado Geral dos Estados Unidos em São Paulo, endereça uma comunicação³⁵ ao Secretário de Estado dos EUA tratando das festividades em comemoração ao retorno da FEB naquela cidade. O Cônsul-geral chama a atenção para alguns aspectos do retorno da FEB ao Brasil, em especial de seu 6º regimento, recrutado em sua maioria em São Paulo, relembrando que, quando da formação e envio da FEB para a Itália, reinava entre os círculos intelectuais brasileiros um clima de ansiedade e falta de confiança em suas tropas, temendo um possível fiasco. O diplomata descreve esse sentimento como um “complexo de inferioridade” manifestado em piadas e críticas, e comentários desfavoráveis à atitude beligerante. No entanto, o sucesso das tropas brasileiras na Itália foi recebido inicialmente com incredulidade e posteriormente com exultação comparável até “aos mais selvagens carnavais”. Descreve então a demonstração dada ao general Mark Clark, em sua visita a São Paulo, sendo altamente aclamado pela população e tratado como celebridade. O cônsul elogia a desenvoltura de Mark Clark em estabelecer boas relações com os presentes: “O resultado de suas breves observações provavelmente terá um efeito duradouro na atitude de todos os presentes e de seus amigos e contribuiu muito para aumentar o prestígio dos Estados Unidos”³⁶. Em São Paulo, Mark Clark deu coletivas de imprensa e compareceu a eventos esportivos, onde foi igualmente aclamado. Assim, o cônsul-geral atribuiria às declarações de Clark a mudança no sentimento brasileiro com relação a suas tropas, materializado na recepção em massa, festiva, das tropas na capital paulista. Esta recepção festiva indicaria uma oportunidade a ser aproveitada pelos Estados Unidos:

Tais relatórios, conforme trazidos ao Consulado Geral por fontes bem informadas, indicam que todas as tropas retornaram ao Brasil com os sentimentos mais cordiais, não apenas em relação aos oficiais americanos, mas também às tropas americanas com as quais eles entraram em contato.

³⁴ **Opening the Archives:** US-Brazil relations. 1945-1949. Rolo nº 1492_22, p. 766-768, 769-795, 796, 797 e 1492_23, p. 11-16, 17-23, 24-28, 29-61.

³⁵ **Opening the Archives:** US-Brazil relations. 1945-1949. Rolo nº 1492_22, p. 766-768.

³⁶ [Idem] *“The result of his brief remarks will probably have a lasting effect on the attitude of all those who were present and on their friends and contributed greatly toward raising the prestige of the United States”* (p. 767).

Se isto estiver correto, o fermento desses 3 mil homens distribuídos entre todas as classes sociais de São Paulo deve inevitavelmente ter um efeito definitivamente favorável sobre a opinião pública em relação aos Estados Unidos.³⁷

As intenções americanas em usar os veteranos brasileiros como forma de aproximação da sociedade brasileira com o modelo americano são vistas como uma oportunidade que deve ser urgentemente atendida. Assim, o Cônsul-geral informa que esforços têm sido empregados no sentido de registrar os nomes e endereços dos soldados para que lhes fossem fornecidos materiais de divulgação, via “*Office of Inter-American Affairs*”, na esperança de manter algum contato entre eles e os EUA. O diplomata recomenda que a “União Cultural Brasil-Estados Unidos”, fique responsável por manter o contato com essas tropas, tendo-as em mente quando da divulgação de seus materiais oficiais.

A preocupação americana com os veteranos brasileiros também aparece em um memorando de conversação³⁸ enviado da Embaixada dos EUA no Brasil ao Departamento de Estado, em outubro de 1945. No documento, o diplomata Reginald S. Kazanjin reporta uma conversa que manteve com alguns soldados da FEB recém-chegados ao Brasil. Kazanjin descreve que os soldados estavam fortemente impressionados com os ideais, espírito e amizade dos soldados americanos e que “muitos que estão deixando o Exército e retornando para suas casas por todo o Brasil irão influenciar seus amigos e famílias em nosso favor”³⁹.

Segundo o diplomata, os soldados brasileiros se mostravam desapontados com a situação política brasileira, “similar ao fascismo que combateram na Itália”; nenhum deles gostava de Dutra, por não ter permitido sua permanência no Exército, mas todos tinham grande consideração por Góes Monteiro e Vargas, e afirmavam a maior popularidade do Brigadeiro Eduardo Gomes entre as tropas. Já sobre aspectos sociais de sua experiência, um dos soldados, de origem alemã, ressaltou a valentia e coragem desses soldados, oriundos do sul do Brasil, e todos compartilhavam da

³⁷ [Idem] “*Such reports as have come into the Consulate General from informed sources indicate that all the troops have returned to Brazil with the most cordial feelings, not only for the American officers, but for the American troops with whom they have come into contact. If this proves to be correct, the leaven of these 3,000 men distributed among all social classes of São Paulo must inevitably have a very definite and favorable effect upon public opinion toward the United States.*” (p. 767)

³⁸ **Opening the Archives:** US-Brazil relations. 1945-1949. Rolo nº 1492_22, p. 865-866.

³⁹ [Idem] “[...] and many who are leaving the Army and returning to their homes throughout Brazil will influence their friends and families in our favor”. (p. 865)

opinião sobre a superioridade da aviação dos EUA, mas da melhor artilharia alemã; também viam os soldados negros dos EUA como ótimos trabalhadores na retaguarda, mas não tão bons nas linhas de combate.

A leitura do ambiente político feito por esses ex-combatentes serve para demonstrar a outra preocupação do serviço externo americano ao fim do conflito: os impactos políticos do retorno das tropas ao Brasil em um momento de efervescência política, dada a abertura do regime do Estado Novo e aos embates entre grupos políticos opositores.

Para exemplificar esta preocupação, a Embaixada transmitiu em 17 de maio de 1945 recortes dos jornais “Correio da Manhã” e “O Jornal” que pediam a retirada das tropas da FEB da Europa após finalizarem a tarefa de combater o nazifascismo, sendo contrários ao seu contínuo emprego na Iugoslávia, conforme supostamente era pretendido pelos Aliados⁴⁰. Ou ainda, no mesmo mês, quando a imprensa oposicionista a Vargas (os Diários Associados, de Assis Chateaubriand) ligava a derrota do nazifascismo na Europa à futura derrota do Estado Novo no Brasil.⁴¹

No entanto, as declarações dos oficiais brasileiros parecem ter tranquilizado o serviço externo americano quanto aos impactos políticos “indesejados” por estes⁴². O Embaixador transmitiu ao Departamento de Estado, em setembro de 1945, um discurso do General Valentim Benício da Silva por ocasião do Dia do Soldado, onde ele reafirma a posição do Exército “[...] para assumir a liderança na defesa dos princípios democráticos, evitando extremos de esquerda e direita.”⁴³. E de forma ainda mais clara, reproduz as repercussões na imprensa brasileira sobre um discurso de Góes Monteiro, durante evento de recepção das tropas da FEB:

O Embaixador tem a honra de transmitir recortes de comentários editoriais sobre a reação geral ao discurso do General Góes Monteiro, Ministro da Guerra, por ocasião do retorno da maior parte da Força Expedicionária Brasileira. As palavras do General ‘com o retorno da Força Expedicionária Brasileira, o Exército... está mais confiante em poder manter a reputação adquirida pelo Brasil na Europa, mesmo em vista das contendas surgidas entre alguns grupos, que tendem a atirar o país à anarquia’ foram saudadas

⁴⁰ **Opening the Archives:** US-Brazil relations. 1945-1949. Rolo nº 1492_22, p. 734-735.

⁴¹ **Opening the Archives:** US-Brazil relations. 1945-1949. Rolo nº 1492_22, p. 745-754.

⁴² **Opening the Archives:** US-Brazil relations. 1945-1949. Rolo nº 1492_22, p. 841-864.

⁴³ [Idem] “[...] he calls upon the Army to take lead in the defense of democratic principles, avoiding extremes of left and right”. (p. 841)

com autocongratulação pela imprensa comunista e interpretada como violentamente anticomunista pelos jornais anticomunistas.⁴⁴

Um discurso do general Renato Paquet seguiu a mesma linha dos anteriores, agora reforçando o papel do Exército como garantidor do resultado das eleições de 1945:

[...] Jornais das mais variadas orientações políticas usaram o discurso do General como trampolim para condenar as táticas de grupos opositores, enquanto aplaudiam unanimemente suas palavras: ‘Certo ou errado, o desejo do povo será honrado pelo Exército, e o futuro Presidente da República, escolhido pelo povo, quem quer que ele seja, terá todo o suporte das Forças Armadas.’⁴⁵

As preocupações do serviço externo americano com a política interna brasileira também se dão quanto às mudanças na legislação brasileira que afetavam diretamente as Forças Armadas – desde as mudanças mais “neutras”, como a da Lei de Organização do Exército, até as mais polêmicas e delicadas, como a Lei de Segurança do Exército. Em 1945, também ocorrem mudanças na legislação brasileira de serviço militar, e o caso recebe atenção especial da embaixada, pois muitos brasileiros estavam empregados ao serviço dos Estados Unidos, e não era do desejo do serviço externo que esses fossem afetados.⁴⁶

Em 1946, é apresentada pelo governo brasileiro a proposta da Lei de Organização do Exército, que teria como objetivo alinhar e aproximar o Ministério da Guerra brasileiro com o modelo de organização dos EUA – “reorganizar o Exército inteiro em padrões americanos antes do fim de 1946”⁴⁷, nas palavras do presidente Dutra. Assim, o decreto-lei de 02 de abril de 1946, assinado por Dutra, designava o presidente como Comandante Supremo das Forças Armadas, estabelecia o Conselho de Segurança Nacional e criava o Estado-Maior Conjunto e o Gabinete militar. A Embaixada avalia a proposta como uma medida positiva e que requer incentivo, já

⁴⁴ [Idem] *“The Ambassador has the honor to transmit clippings of editorial comment giving general reaction to speech by General Goes Monteiro, Minister of War, on occasion of the return of the major part of the Brazilian Expeditionary Force. The General’s words ‘With the return of the Brazilian Expeditionary Force, the Army... is more confident of being able to maintain the renown won by Brazil in Europe, even in view of the struggles broken out among factions, which tend to throw the country into anarchy’ were hailed with self-congratulation by the Communist press and interpreted as violently anti-Communist by the anti-Communist newspapers”.* (p. 843)

⁴⁵ [Idem] *“Newspapers of the most varied political policy used the General’s speech as a springboard to condemn the tactics of opposite groups, while unanimously applauding his words, ‘Right or wrong, the will of the people will be honored by the Army, and the future President of the Republic, chosen by the people, whoever he may be, will have all the support of the Armed Forces’.”* (p. 855)

⁴⁶ **Opening the Archives:** US-Brazil relations. 1945-1949. Rolo nº 1492_23, p. 134-143, 144-146, 147-152, 153-171, 172-179, 180-200.

⁴⁷ **Opening the Archives:** US-Brazil relations. 1945-1949. Rolo nº 1492_22, p. 892-99, 900-907.

que favorece a concentração de autoridade e melhor cooperação entre as três armas, além de obviamente se aproximar do modelo americano.

Já em novembro de 1946, o encarregado de negócios da Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro transmitia uma mensagem endereçada por Dutra à Câmara dos Deputados. No texto, o presidente recomendava a votação de uma Lei de Segurança para as Forças Armadas, que previa a remoção de pessoas “cujas crenças políticas são incompatíveis com a missão atribuída às Forças Armadas”⁴⁸. A lei ainda não havia sido debatida, mas o encarregado sinaliza que houveram comentários excitados na Câmara, e que esta proposta poderia ser esperada como uma medida controversa, se efetivada.

Ao longo do ano seguinte, a Embaixada reportaria os frequentes e contundentes discursos anticomunistas dos altos oficiais brasileiros durante comemorações militares, contando inclusive com a presença e apoio de Dutra. Em seus discursos, os oficiais demonstram publicamente sua aproximação com os Estados Unidos e seu desejo pela “paz dos homens livres”, além de condenarem o líder comunista Luís Carlos Prestes. A opinião da Embaixada é a de que a atitude dos oficiais seria meramente preventiva, servindo como “simples aviso a grupos comunistas contra quaisquer excessos”.⁴⁹

No entanto, a preocupação com as tensões políticas crescentes no Brasil continua presente. Em 1948, os debates parlamentares referentes ao aumento de salário para as Forças Armadas preocupam a embaixada, por supostamente abrirem margem a agitações e instabilidades causadas por membros militares do Partido Comunista, já próximo à proscricção. Ainda assim, o tom da Embaixada é tranquilizador:

Enquanto a questão do aumento de salários, como a questão do fechamento do Partido Comunista, indubitavelmente deu origem a considerável impaciência por parte de muitos jovens oficiais do Exército Brasileiro e abriram um campo favorável para propaganda contrária ao governo, considera-se que isto não reflete nenhuma fundamental falta de estabilidade nacional ou a existência de qualquer elemento subversivo de peso nas Forças Armadas as quais, ao contrário, são acreditadas por exercer uma influência estabilizadora no desenvolvimento político do país.⁵⁰

⁴⁸ **Opening the Archives:** US-Brazil relations. 1945-1949. Rolo nº 1492_22, p. 912-954 e 969-974.

⁴⁹ **Opening the Archives:** US-Brazil relations. 1945-1949. Rolo nº 1492_22, p. 975-77.

⁵⁰ *“While this question of pay increases, like the question of the closing of the Communist Party, doubtless gave rise to considerable impatience on the part of many younger officers of the Brazilian*

Na realidade, o crescente clima anticomunista no interior das Forças Armadas brasileiras trouxe mesmo alguns embaraços a oficiais americanos em serviço no Brasil. Em 19 de maio de 1947, um memorando⁵¹ do encarregado de negócios da Embaixada endereçado ao Departamento de Estado se referia a um vazamento de documentos que comprometia oficiais americanos em serviço e causava atritos no próprio serviço externo:

A Embaixada deveria exercer supervisão geral sobre os membros americanos da JBUSMC para mantê-los fora de problemas políticos. Isto foi feito no passado em grande parte através do Conselheiro Paul Daniels, mas o Embaixador Pawley, por si só, tem recentemente tomado um interesse direto neste assunto.⁵²

O problema começou com um memorando do General Gordon P. Saville, endereçado aos EUA pelo seu secretário executivo (executive officer). O documento não passou pela supervisão e aprovação da Embaixada, fato que não teria causado problemas se não tivesse sido vazado para um “jornal comunista” (a Tribuna Popular), que o teria distorcido. O memorando vazado não se encontra reproduzido na íntegra, mas, segundo a documentação disponível⁵³, através dele o general Saville alertava os membros da JBUSMC que “[...] uma importante decisão política será tomada pelo governo brasileiro (a decisão cancelando o registro do Partido Comunista)”.⁵⁴ Saville declarou posteriormente que não tinha conhecimento prévio sobre a natureza da decisão do TSE, e baseou sua ação em notícias de jornais. No entanto, o caso foi o suficiente para que Pawley alertasse Saville por ter dado uma declaração sem consulta prévia à Embaixada. Com os transtornos, o Embaixador Pawley passou a tomar medidas de precaução, provavelmente restringindo o contato dos oficiais americanos ao controle civil:

Pawley parece ter tomado medidas para prevenir que qualquer coisa do tipo aconteça futuramente, mesmo que isto seja como trancar a porta do estábulo depois do cavalo ter fugido. Eu seria favorável a deixá-lo continuar a lidar com seu problema, sobre o qual ele parece estar bem ciente, sem qualquer

Army and opened a favorable field for anti-government propaganda, it is felt that it does not reflect any fundamental lack of national stability or the existence of any strong subversive element in the Armed Forces which, on the contrary, are believed to exert a stabilizing influence on the political development of the country.” (Opening the Archives: US-Brazil relations. 1945-1949. Rolo nº 1492_22, p. 982-984)

⁵¹ **Opening the Archives:** US-Brazil relations. 1945-1949. Rolo nº 1492_22, p. 1403.

⁵² [Idem] *“The Embassy is supposed to exercise general supervision over the U.S. members of the JBUSMC to keep them out of political trouble. This has been done in the past largely through the Counselor, Paul Daniels, but Ambassador Pawley has recently taken a direct interest in it himself.”*

⁵³ **Opening the Archives:** US-Brazil relations. 1945-1949. Rolo nº 1492_22, p. 1404.

⁵⁴ [Idem] *“an important political decision will be rendered by the Brazilian Government (the decision cancelling the Communist party registration)”*

direcionamento da nossa parte. Soldados serão soldados, e não diplomatas, mas a única forma de controlá-los é no terreno, e não por televisão.⁵⁵

No mesmo mês, o General Saville teria sua substituição anunciada pelos papéis da Embaixada.⁵⁶

Se haviam dúvidas e preocupações por parte do serviço externo americano quanto às tensões causadas pela proscrição do Partido Comunista no Brasil, o mesmo não se dava em relação às posições do presidente Dutra. Em 23 de dezembro de 1947, a Embaixada encaminha ao Departamento de Estado um comunicado referente a um discurso de Dutra⁵⁷, dado ao fim de alguns exercícios militares no Rio de Janeiro. Segundo o Encarregado de Negócios, que redige o relatório, os comentários da imprensa brasileira foram favoráveis ao discurso, em especial no que se refere à sua tese (do presidente Dutra) de que:

[...] as forças armadas são as fiadoras da lei e da ordem na nação, e o principal fator de defesa contra invasões territoriais e surtos ideológicos que são incompatíveis com a Constituição e a segurança nacional. Isto foi tomado por todos os observadores como referência a corrente campanha anticomunista do governo.⁵⁸

No discurso, Dutra louva as demonstrações de eficiência das tropas em exercício, reflexo, segundo o próprio, dos novos métodos de instrução e rigoroso treinamento (importados dos Estados Unidos). Também louva as presenças de ex-combatentes da FEB entre as forças em treinamento e dos comandantes Canrobert, ministro da Guerra, e Zenobio da Costa, Comandante da 1ª Região. Dutra relembra que durante o conflito mundial, o Exército foi organizado segundo os padrões da guerra mecanizada. Assim, esta nova situação “[...] requereu uma transformação radical, realizada em um curto período graças à competência dos comandantes militares, adaptando nossas Forças Armadas para a organização nos padrões Americanos, o que servirá para a segurança coletiva do continente”.

⁵⁵ [Idem] *“Pawley seems to have taken steps to prevent anything of the sort happening in the future, even if it is locking the stable door after the horse is galloping away. I should favor letting him continue to handle his problem, of which he seems well aware, without any backseat driving from us. Soldiers will be soldiers, not diplomats, but the only way to control them is on the ground, not by television”.*

⁵⁶ **Opening the Archives:** US-Brazil relations. 1945-1949. Rolo nº 1492_22, p. 1420-1429.

⁵⁷ **Opening the Archives:** US-Brazil relations. 1945-1949. Rolo nº 1492_22, p. 102-104.

⁵⁸ [Idem] *“[...] the armed forces are the guarantors of law and order in the nation, and the principal factor in defense against both territorial invasion and ideological sorties which are incompatible with the Constitution and national security. This was taken by all observers to refer to the present anti-Communist campaign of the Government.”*

Esta transformação ainda estaria em curso nas Forças Armadas, e, segundo Dutra, teria suas necessidades materiais garantidas, pois ele, em sua posição como presidente da República, também era comandante supremo das Forças Armadas, e responsável pela orientação política (*'political guidance'*) de sua ação constitucional:

Quando eu me refiro à orientação política, eu o faço nos termos estritos de nossa 'Carta Magna', relembrando as palavras de Rui Barbosa: 'A política das classes armadas não é uma política de facções, mas a política da Nação. No sentido de que a política é a especulação de partidos, o Exército e a Marinha não têm política' (e a aviação deveria agora ser acrescentada). 'Mas elas não podem deixar de ter uma (política) na forma elevada e desinteressada de política que constitui a ciência da organização nacional, da liberdade nacional, da independência nacional, da conservação nacional.'

As Forças Armadas – conforme prescrito na Constituição de setembro de 1946 – têm o dever de defender o país e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem.

Isto, o que, aliás, é sua missão histórica, é descrita de uma forma excepcional pelo mesmo estadista: 'Políticas que são disruptivas das forças nacionais, que separam e alienam os cidadãos, deveriam ser propriamente mantidas fora das forças militares; já que, ligadas a isto, elas perderiam sua natureza e se arruinariam. Mas na política de vigilância dos interesses supremos para a existência do país, ninguém tem maiores direitos e deveres do que as pessoas dessa classe, sobre as quais repousam por definição e profissão, a defesa do país em seu interior e exterior.'

Tenho o prazer de ver a fidelidade da devoção de nossas Forças Armadas aos interesses supremos do povo brasileiro, na certeza de que não nos falta aquela energia espiritual que polariza a consciência da Nação e que foi e sempre será a fator predominante para nossa defesa contra invasões territoriais ou vôos ideológicos incompatíveis com a Constituição e a segurança nacional.

Unidas e disciplinadas, nossas Forças Armadas - garantidoras dos poderes constitucionais - estão vigilantes na defesa do País, Lei e Ordem.

Assim sempre foi. Assim foi em 15 de novembro de 1889 e 29 de outubro de 1945.

Pela grandeza do Brasil!⁵⁹

⁵⁹ [Idem] *"When I refer to the political guidance, I do so in the strict terms of our 'Magna Carta', recalling the words of Rui Barbosa: 'The politics of the armed classes is not a politic of factions, but the policy of the Nation. In the sense that politics is the speculation of parties, the Army and Navy have no politics' (and aviation should now be added). 'But they cannot fail to have one (a policy) in the disinterested and high form of politics which constitutes the science of national organization, of national liberty, of national independence, of national conservation.'*

The Armed Forces – as prescribed in the Constitution of September 1946 – have the duty of defending the Country and of guaranteeing constitutional powers, law and order.

This, which by the way is her historical mission, is described in an outstanding way by the same statesman: 'Politics which are disruptive of the national forces, which separate and alienate the citizens, should properly be kept out of the military forces; since, fused with it, they would lose their nature and ruin themselves. But in the policy of vigilance of the supreme interests of the country's existence, no one has greater rights and duties than the people in this class, in which rests by definition and profession, the defense of the Country in the interior and exterior'

I am pleased to see the faithfulness of the devotion of our Armed Forces to the supreme interests of the Brazilian People, in the certainty that we are not lacking in that spiritual energy which polarizes the

Estava expressa nas palavras do presidente da República, ele mesmo um militar com sólida carreira política, os princípios da atuação política das Forças Armadas: não uma política rasteira, de conflitos e divisões, típica de contextos democráticos, mas uma política *do* Exército, uma política que se fundiria à Nação, colocada acima de conflitos partidários, ainda que claramente conservadora. O serviço externo americano acompanhava com atenção a crescente importância das Forças Armadas nos momentos políticos críticos do período democrático de 1946-64, e aos poucos construía a percepção de que qualquer mudança política de vulto no país sul-americano passaria, necessariamente, pelo crivo dos militares.

conscience of the Nation and which was and always will be the predominant factor for our defense against territorial invasions, or ideological flights incompatible with the Constitution and national security. United and disciplined, our Armed Forces – guarantors of the constitutional powers – are vigilant in the defense of the Country, Law and Order. Thus it has always been. Thus it was on November 15, 1889 and on October 29, 1945. For the Greatness of Brazil!” (p. 103-4)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando as questões enunciadas na Introdução a este trabalho, podemos afirmar com base na leitura da bibliografia e análise das fontes, que as relações militares entre Brasil e Estados Unidos atingiram um auge com a Segunda Guerra Mundial, mas não foram abandonadas nos anos posteriores. A documentação demonstra que, ainda que sob diferentes bases de atuação e mais submetidas ao controle civil, as Comissões Mistas continuaram ativas nos anos do pós-guerra, mantendo um constante e sólido laço entre as forças militares dos dois países. Simultaneamente, as Forças Armadas brasileiras seguiram uma trajetória histórica de autonomização em relação à sociedade e associação de seu projeto como instituição a um projeto de nação, e isto não passou despercebido pelo serviço externo americano. A consolidação de seus laços com os Estados Unidos serviu como fator ideológico e estratégico de seu projeto, na medida em que permitiu a reorganização material de suas forças e a afirmação de uma orientação ideológica anticomunista e alinhada ao capitalismo multinacional.

Desta forma, as hipóteses levantadas no início deste trabalho confluem para a afirmação de que a política externa americana de cooperação militar com o Brasil serviu positivamente para a consolidação do projeto político das Forças Armadas. A organização militar americana e sua orientação geopolítica em direção ao confronto contra o bloco comunista forneceu aos militares brasileiros os “novos modelos” para seus “velhos projetos” de consolidação como poder político autônomo.

Em nossos anos de graduação, frequentemente ouvimos dizer que o valor de uma pesquisa historiográfica se mede mais pela pelas possibilidades de novas questões que ela abre do que pelas respostas definitivas que ela se arrisca a firmar. Espera-se que este trabalho tenha aberto mais possibilidades de ampliação da operação historiográfica do que fechado definitivamente os caminhos de pesquisa. As fontes analisadas aqui, pelo seu caráter de ineditismo ao pesquisador brasileiro, ainda guardam muitas informações e evidências que devem ser levantadas por pesquisas posteriores. Da mesma forma, o tema das relações militares entre Brasil e Estados Unidos ao longo do século XX está longe de se esgotar, e sua compreensão está na raiz do esclarecimento de outros problemas que frequentemente surgem em nossa ordem do dia.

Se os últimos desdobramentos do cenário político nacional só trouxeram angústias e apreensão, sua compreensão é o primeiro passo para o retorno da esperança. E a esperança e o conhecimento (re)constroem sociedades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Vágner Camilo. Ilusão desfeita: a “aliança especial” Brasil-Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 28, n. 1, p. 151-177, 2005.
- BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla B. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-79.
- BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian (orgs.). **A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2019.
- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2011.
- COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. Militares na política ou política entre os militares: uma falsa questão? In: BARBOSA, Jefferson Rodrigues et. al. (orgs.). **Militares e política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018, p. 21-66.
- DAVIS, Sonny B. As relações militares entre o Brasil e os Estados Unidos no Século XX. In: MUNHOZ, Sidnei J.; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (orgs.). **Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI**. Maringá: Eduem, 2011, p. 361-408.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá: Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- FERRAZ, Francisco César Alves. **À Sombra dos Carvalhos: Militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra (1945-1955)**. Londrina: Editora da UEL, 1997.

_____. **A guerra que não acabou:** a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000). Londrina: Eduel, 2012.

HILTON, Stanley. **O ditador e o embaixador.** Rio de Janeiro: Record, 1987.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. (orgs.). **O Brasil republicano, v.3:** o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 97-126.

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1996, p. 365-400.

OLIVEIRA, Dennison de. **Aliança Brasil-EUA:** nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Juruá, 2015.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos:** continuidade ou mudança? 3.ed. ampl. e atual. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

_____. **Introdução às relações internacionais:** temas, atores e visões. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1996.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016).** Rio de Janeiro: Versal, 2017.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. S. T. **História & Documento e metodologia de pesquisa.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). **História das relações internacionais contemporâneas:** da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008.

SILVA, Ligia Osório da. Projeto nacional e politização das Forças Armadas, 1944-1964. In: BARBOSA, Jefferson Rodrigues et. al. (orgs.). **Militares e política no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2018, p. 67-103.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964).** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SOARES, Samuel Alves. **Controles e autonomia**: as Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999). São Paulo: Editora UNESP, 2006.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Negociando a dependência: relações militares Brasil-Estados Unidos no início da Guerra Fria. **OP SIS**, v. 14, p. 160-184, 2015.